



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 1.137, DE 2022

(Do Poder Executivo)

Mensagem nº 526/2022
OF nº 558/2022

Altera a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dispõe sobre a redução a zero das alíquotas do imposto sobre a renda de beneficiário residente ou domiciliado no exterior nas operações que especifica; pendente de parecer da Comissão Mista.

DESPACHO:

AO PLENÁRIO, PARA LEITURA DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO. PUBLIQUE-SE.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

S U M Á R I O

I - Medida inicial

II - Republicação, com retificação, no DOU de 22/09/22, Ed. Extra A, pag. 1.

II - Na Comissão Mista:

- Emendas apresentadas (20)

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.137, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Altera a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dispõe sobre redução a zero das alíquotas do imposto sobre a renda de beneficiário residente ou domiciliado no exterior nas operações que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Esta Medida Provisória altera a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dispõe sobre redução a zero das alíquotas do imposto sobre a renda de beneficiário residente ou domiciliado no exterior nas operações que especifica.

Art. 2º A Lei nº 11.312, de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

.....

§ 4º O disposto neste artigo aplica-se também:

I - ao residente ou domiciliado no exterior que seja cotista dos fundos de que trata a Lei nº 11.478, de 29 de maio de 2007; e

II - aos fundos soberanos, ainda que residentes ou domiciliados em países com tributação favorecida, nos termos do disposto no art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

§ 5º Para fins do disposto no inciso II do § 4º, classificam-se como fundos soberanos os veículos de investimento no exterior cujo patrimônio seja composto por recursos provenientes exclusivamente da poupança soberana do país respectivo.

§ 6º O disposto neste artigo não se aplica ao cotista que seja residente ou domiciliado em país com tributação favorecida ou beneficiário de regime fiscal privilegiado, nos termos do disposto nos art. 24 e art. 24-A da Lei nº 9.430, de 1996.” (NR)

Art. 3º Fica reduzida a zero a alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, produzidos por:

I - títulos ou valores mobiliários objeto de distribuição pública, de emissão por pessoas jurídicas de direito privado, excluídas as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

II - fundos de investimento em direitos creditórios, regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários, cujo originador ou cedente da carteira de direitos creditórios não seja instituição financeira e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e

III - Letras Financeiras, de que trata o art. 37 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, consideram-se rendimentos quaisquer valores que constituam remuneração de capital aplicado, inclusive aquela produzida por títulos de renda variável, tais como juros, prêmios, comissões, ágio e deságio e os resultados positivos auferidos em aplicações em fundos de investimento.

§ 2º Para fins do disposto neste artigo, os fundos de investimento em direitos creditórios e os certificados de recebíveis imobiliários poderão ser constituídos para adquirir recebíveis de apenas um cedente ou devedor.

§ 3º Para fins do disposto no inciso I do **caput**, deverá ser comprovado que o título ou valor mobiliário está registrado em sistema de registro autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, no âmbito de suas competências.

§ 4º Para fins do disposto no inciso II do **caput**, deverá ser comprovado que as cotas estejam admitidas à negociação em mercado organizado de valores mobiliários ou registradas em sistema de registro autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, no âmbito de suas competências.

§ 5º Para fins do disposto neste artigo, consideram-se instituições financeiras:

I - bancos de qualquer espécie;

II - cooperativas de crédito;

III - caixas econômicas;

IV - sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários;

V - sociedades corretoras de câmbio e de títulos e valores mobiliários;

VI - sociedades de crédito, financiamento e investimentos;

VII - sociedades de crédito imobiliário; e

VIII - sociedades de arrendamento mercantil.

§ 6º O disposto neste artigo aplica-se:

I - ao beneficiário residente ou domiciliado no exterior que realize operações financeiras no Brasil, de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional; e

II - às cotas de fundo de investimento que invistam exclusivamente e em qualquer proporção:

a) nos títulos ou valores mobiliários de que trata o inciso I do **caput**;

b) em ativos que produzam rendimentos isentos ao investidor de que trata este artigo;

c) em títulos públicos federais; e

d) em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais ou cotas de fundos de investimento que invistam em títulos públicos federais.

§ 7º Aplica-se o disposto neste artigo aos fundos soberanos que realizem operações financeiras no Brasil, de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, ainda que domiciliados ou residentes em países com tributação favorecida, nos termos do

disposto no art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

§ 8º Para fins do disposto no § 7º, classificam-se como fundos soberanos os veículos de investimento no exterior cujo patrimônio seja composto por recursos provenientes exclusivamente da poupança soberana do país respectivo.

§ 9º Os benefícios previstos neste artigo não se aplicam:

I - às operações celebradas entre pessoas vinculadas, nos termos do disposto nos incisos I a VI e VIII do **caput** do art. 23 da Lei nº 9.430, de 1996; e

II - ao investidor domiciliado em jurisdição de tributação favorecida ou beneficiário de regime fiscal privilegiado, nos termos do disposto nos art. 24 e art. 24-A da Lei nº 9.430, de 1996.

Art. 4º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei nº 11.312, de 2006:

I - § 4º do art. 2º; e

II - § 1º e § 2º do art. 3º.

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Brasília, de de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

EM nº 00327/2022 ME

Brasília, 5 de Setembro de 2022

Senhor Presidente da República,

1. Submeto à sua apreciação proposta de Medida Provisória que “altera a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dispõe sobre redução para zero das alíquotas do imposto sobre a renda de beneficiário residente ou domiciliado no exterior nas operações que especifica”, para equalizar as alíquotas do imposto com o objetivo de ampliar o acesso de empresas brasileiras a capital estrangeiro. A medida confere tratamento isonômico de alíquotas para investimentos em ativos de renda fixa e de renda variável para investidores estrangeiros.
2. Com isso, amplia-se o acesso de empresas brasileiras a capital estrangeiro, desde que sejam emissoras de instrumentos de títulos de dívida via mercado de capitais. Do ponto de vista de eficiência econômica, o aumento do financiamento das empresas brasileiras por meio de instrumentos de mercado proporciona melhor alocação dos recursos financeiros disponíveis, aumentando o impacto dos investimentos sobre o crescimento do produto e do emprego, além de promover maiores ganhos de produtividade.
3. Nos últimos anos, com a redução do crédito direcionado e do crédito subsidiado, as empresas têm recorrido cada vez mais ao mercado de capitais para o financiamento de seus projetos. Essa proposta aumenta a atratividade de instrumentos de dívida de empresas brasileiras para o investidor estrangeiro.
4. Propõe-se, portanto, estender aos instrumentos de dívida adquiridos por investidores residentes ou domiciliados no exterior o mesmo tratamento atualmente aplicado aos instrumentos de renda variável, qual seja, permitir que as operações de emissão de títulos de dívida tenham isonomia tributária em relação às operações de capital. □ Assim, a alíquota zero de imposto de renda se aplicaria também aos títulos de crédito corporativo.
5. As diferentes alíquotas de imposto de renda hoje existentes, incidentes sobre os rendimentos de aplicação de recursos via empréstimo por não residentes em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDCs e em títulos de forma direta, geram distorções alocativas graves. Basicamente, estimula-se a formação de um condomínio fechado e a inclusão de contratos de crédito nesse fundo como forma de obtenção de alíquota mais favorecida.
6. Além disso, propõe-se que, a partir de 1º de janeiro de 2023, seja instituída a alíquota zero do Imposto de Renda sobre os rendimentos obtidos com títulos de renda fixa emitidos por instituições financeiras (bancos, cooperativas de crédito, etc.), do tipo Letra Financeira - LF, auferidos por beneficiários residentes no exterior, regulamentadas pela Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.

7. Outro objetivo da presente proposta é reduzir os requisitos para que os rendimentos produzidos por títulos ou valores mobiliários ou fundos de investimento em direitos creditórios sejam elegíveis à alíquota zero de imposto de renda. Um dos efeitos da simplificação será, por exemplo, a extensão do benefício tributário aos rendimentos provenientes de papéis emitidos por empresas brasileiras que sejam referenciados em moeda estrangeira. Outro exemplo é o fim do requisito de percentual mínimo de direitos creditórios na composição do fundo, exigindo-se apenas que o fundo seja composto exclusivamente por ativos isentos, incluindo títulos públicos federais e operações compromissadas. Adicionalmente, exclui-se também o requisito de que os fundos sejam exclusivos para investidores estrangeiros.

8. Além disso, a medida promove alterações no art. 3º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, para estender a alíquota zero do imposto de renda aos rendimentos auferidos por cotistas não residentes nas aplicações em Fundos de Investimento em Participações em Infraestrutura, Fundos de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e fundos soberanos. Atualmente, apenas os cotistas não residentes de Fundos de Investimento em Participações - FIP e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes - FIEE têm acesso ao benefício.

9. Assim, com tratamento tributário favorecido para residentes ou domiciliados no exterior e o presumível aumento do influxo de capital estrangeiro, a medida traz consigo o potencial de expandir para as atividades econômicas em geral a mesma ampliação de captação de recursos vista no financiamento de obras de infraestrutura, por meio das debêntures incentivadas com esse propósito.

10. Investimentos em títulos do Tesouro Nacional e em ações são isentos de tributação incidente sobre a renda para investidores não residentes. Todavia, investimentos feitos por não residentes em alguns tipos de fundos ou em títulos privados sofrem a incidência de imposto de renda. Essa distinção reduz a atratividade dessas modalidades de investimento, determinando que não residentes tendam a se posicionar em títulos não tributáveis, como forma de permitir maior eficiência e redução de custos fiscais relacionados à alocação dos recursos.

11. Tendo em vista que investidores residentes ou domiciliados no exterior já têm sua renda tributada no país de seu domicílio fiscal, estabelecer alíquota zero para rendimentos de operações com títulos de dívida privada representa mecanismo de eliminação de ineficiência (bitributação) e, mais importante, viabiliza a atração de capital estrangeiro para impulsionar o desenvolvimento da atividade produtiva no Brasil.

12. Cidadãos nacionais e estrangeiros residindo no mesmo país geralmente não sofrem distinção de tratamento tributário. Assim, a renda do trabalho de um brasileiro nos Estados Unidos da América é tributada exatamente da mesma forma que a renda de um cidadão americano. As obrigações tributárias são definidas pelo local de residência. No caso do investimento internacional, esse princípio deveria significar que a tributação incidente sobre a renda auferida com esses investimentos fosse feita pelo país de residência do investidor, e não pelo país onde o investimento é feito.

13. Devem-se evitar situações em que os ganhos do investimento sejam tributados duplamente, causando distorções alocativas indesejáveis. Contudo, é exatamente isso que ocorre no Brasil para uma certa classe de investimentos, em que não residentes são tributados no Brasil e em seu país de residência. Embora as operações sejam passíveis de compensação e reciprocidade, tais medidas geram insegurança e ineficiência jurídica e financeira.

14. As proposições cumprem os requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 4

de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, nos arts. 131 e 132 da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO), e no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, tendo sido encaminhadas para análise e emissão de parecer dos órgãos centrais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal e do Sistema de Administração Financeira Federal, juntamente com os demonstrativos de adequação orçamentária e financeira.

15. Dado que a vigência da redução de alíquotas se inicia no ano de 2023, inexistirá impacto nas receitas do exercício 2022. Portanto, não há que se falar em medidas de compensação para o exercício atual. Para os exercícios 2023, 2024 e 2025, segundo cálculos da Receita Federal, a implementação da medida implica renúncia de receita da ordem de R\$ 1.250,9 milhões para 2023, R\$ 1.418,9 milhões para 2024 e de R\$ 1.637,2 milhões para 2025. Em decorrência do impacto nas metas de resultado fiscal e para fins de cumprimento do disposto no art. 132 da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO), e no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000, - Lei de Responsabilidade Fiscal, esses valores serão considerados nas estimativas de receitas nos anos correspondentes.

16. Por se tratar de proposição legislativa que altera as normas de tributação de investimentos de não residentes no País ou de domiciliados no exterior, informo que os requisitos previstos no art. 143 da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO), estão dispensados, cumprindo o disposto no § 2º do referido artigo.

17. Cumpre registrar o cumprimento dos requisitos constitucionais de relevância e urgência aplicáveis a medidas provisórias. A relevância se evidencia na medida em que a proposta se constitui em mecanismo de enfrentamento dos efeitos da crise econômica que se instalou no País a partir de 2014 e que foi agravada pela pandemia decorrente da doença provocada pelo Coronavírus identificado em 2019 – Covid-19. Com os ajustes propostos, além de corrigir as distorções econômicas provocadas pelo efeito da bitributação de residentes ou domiciliados no exterior, busca-se viabilizar significativa entrada de capital estrangeiro para o setor produtivo nacional. A oferta de capital novo traz fôlego às empresas brasileiras para modernizar seus processos produtivos, aumentando a eficiência, a produtividade e a produção. Tudo isso contribui para aliviar o componente inflacionário de restrição da oferta, além de gerar mais emprego e renda para o trabalhador brasileiro.

18. A urgência da medida se justifica pelo potencial de atrair o investimento estrangeiro imediatamente, embora os efeitos da alíquota zero sobre os rendimentos alcancem apenas fatos geradores do exercício de 2023 em diante. De modo geral, os títulos de dívida possuem média ou longa duração, de forma que o retorno dos papéis emitidos a partir da publicação desta Medida Provisória, bem como daqueles já em circulação, refletirá a maior demanda de investidores não residentes, contribuindo para a entrada de divisas no país e para a redução do custo de captação das empresas brasileiras.

19. Um segundo ponto relevante para justificar a urgência da medida é que o processo de emissão de títulos de dívida por parte das empresas requer planejamento e tempo. A partir da publicação da Medida Provisória, com a sinalização da mudança de tratamento tributário para os investidores não residentes, as companhias começarão a se preparar para emitir títulos de modo a se valer dessa nova fonte de recursos.

20. Assim, ao mesmo tempo em que essas empresas iniciam o processo de emissão de novos títulos, podem atualizar seus planos de investimentos prevendo essa injeção de capital adicional. Portanto, quanto mais cedo a medida se tornar válida, ou seja, integrar-se ao ordenamento jurídico, mais cedo o setor produtivo pode começar a se preparar para que o processo de emissão seja concluído a tempo e os recursos comecem a ser disponibilizados.

21. As inúmeras dificuldades enfrentadas pelo setor produtivo, com reflexos nos níveis de emprego do País, demandam, portanto, de forma urgente, mecanismo para aumentar o fluxo de capital para financiamento das empresas brasileiras. A medida permite que o país se mantenha no caminho do crescimento econômico. Atrasar a edição da norma representaria adiar os efeitos positivos econômicos que dela se esperam, incluindo o aumento da produção, do emprego e da renda.

22. Essas, Senhor Presidente, são as razões que justificam a elaboração da proposta de Medida Provisória que ora submeto à sua apreciação.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Roberto Nunes Guedes

MENSAGEM Nº 526

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 1.137, de 21 de setembro de 2022, que “Altera a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dispõe sobre a redução a zero das alíquotas do imposto sobre a renda de beneficiário residente ou domiciliado no exterior nas operações que especifica”.

Brasília, 21 de setembro de 2022.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 11.312, DE 27 DE JUNHO DE 2006

Reduz a zero as alíquotas do imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF nos casos que especifica; altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reduzida a zero a alíquota do imposto de renda incidente sobre os rendimentos definidos nos termos da alínea "a" do § 2º do art. 81 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, produzidos por títulos públicos adquiridos a partir de 16 de fevereiro de 2006, quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, exceto em país que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento).

§ 1º O disposto neste artigo:

I - aplica-se exclusivamente às operações realizadas de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional;

II - aplica-se às cotas de fundos de investimentos exclusivos para investidores não-residentes que possuam no mínimo 98% (noventa e oito por cento) de títulos públicos;

III - não se aplica a títulos adquiridos com compromisso de revenda assumido pelo comprador.

§ 2º Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários, referidos no *caput* e no § 1º deste artigo, adquiridos anteriormente a 16 de fevereiro de 2006 continuam tributados na forma da legislação vigente, facultada a opção pelo pagamento antecipado do imposto nos termos do § 3º deste artigo.

§ 3º Até 31 de agosto de 2006, relativamente aos investimentos possuídos em 15 de fevereiro de 2006, fica facultado ao investidor estrangeiro antecipar o pagamento do imposto de renda incidente sobre os rendimentos produzidos por títulos públicos que seria devido por ocasião do pagamento, crédito, entrega ou remessa a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, ficando os rendimentos auferidos a partir da data do pagamento do imposto sujeitos ao benefício da alíquota zero previsto neste artigo.

§ 4º A base de cálculo do imposto de renda de que trata o § 3º deste artigo será apurada com base em preço de mercado definido pela média aritmética, dos 10 (dez) dias úteis que antecedem o pagamento, das taxas indicativas para cada título público divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - ANDIMA.

Art. 2º Os rendimentos auferidos no resgate de cotas dos Fundos de Investimento em Participações, Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes, inclusive quando decorrentes da liquidação do fundo, ficam sujeitos ao imposto de renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento) incidente sobre a diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das cotas.

§ 1º Os ganhos auferidos na alienação de cotas de fundos de investimento de que

trata o *caput* deste artigo serão tributados à alíquota de 15% (quinze por cento):

I - como ganho líquido quando auferidos por pessoa física em operações realizadas em bolsa e por pessoa jurídica em operações realizadas dentro ou fora de bolsa;

II - de acordo com as regras aplicáveis aos ganhos de capital na alienação de bens ou direitos de qualquer natureza quando auferidos por pessoa física em operações realizadas fora de bolsa.

§ 2º No caso de amortização de cotas, o imposto incidirá sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição à alíquota de que trata o *caput* deste artigo.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se somente aos fundos referidos no *caput* deste artigo que cumprirem os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 4º Sem prejuízo da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, no caso de Fundo de Investimento em Empresas Emergentes e de Fundo de Investimento em Participações, além do disposto no § 3º deste artigo, os fundos deverão ter a carteira composta de, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de ações de sociedades anônimas, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição.

§ 5º Ficam sujeitos à tributação do imposto de renda na fonte, às alíquotas previstas nos incisos I a IV do *caput* do art. 1º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, os rendimentos auferidos pelo cotista quando da distribuição de valores pelos fundos de que trata o *caput* deste artigo, em decorrência de inobservância do disposto nos §§ 3º e 4º deste artigo.

Art. 3º Fica reduzida a zero a alíquota do imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos nas aplicações em fundos de investimento de que trata o art. 2º desta Lei quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, individual ou coletivo, que realizar operações financeiras no País de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 1º O benefício disposto no *caput* deste artigo:

I - não será concedido ao cotista titular de cotas que, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, represente 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das cotas emitidas pelos fundos de que trata o art. 2º desta Lei ou cujas cotas, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelos fundos;

II - não se aplica aos fundos elencados no art. 2º desta Lei que detiverem em suas carteiras, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido, ressalvados desse limite os títulos de dívida mencionados no § 4º do art. 2º desta Lei e os títulos públicos;

III - não se aplica aos residentes ou domiciliados em país que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento).

§ 2º Para efeito do disposto no inciso I do § 1º deste artigo, considera-se pessoa ligada ao cotista:

I - pessoa física:

a) seus parentes até o 2º (segundo) grau;

b) empresa sob seu controle ou de qualquer de seus parentes até o 2º (segundo) grau;

c) sócios ou dirigentes de empresa sob seu controle referida na alínea b deste inciso ou no inciso II deste artigo;

II - pessoa jurídica, a pessoa que seja sua controladora, controlada ou coligada, conforme definido nos §§ 1º e 2º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

§ 3º A alíquota 0 (zero) referida no *caput* também se aplica aos ganhos de capital auferidos na alienação ou amortização de quotas de fundos de investimentos de que trata este artigo. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.973, de 13/5/2014)

Art. 4º O *caput* do art. 8º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso X:

"Art. 8º
....."

X - nos lançamentos a débito em conta corrente de depósito de titularidade de residente ou domiciliado no Brasil ou no exterior para liquidação de operações de aquisição de ações em oferta pública, registrada na Comissão de Valores Mobiliários, realizada fora dos recintos ou sistemas de negociação de bolsa de valores, desde que a companhia emissora tenha registro para negociação das ações em bolsas de valores." (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de junho de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Guido Mantega

LEI Nº 11.478, DE 29 DE MAIO DE 2007

Institui o Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (FIP-IE) e o Fundo de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FIP-PD&I) e dá outras providências. ([*Ementa com redação dada pela Lei nº 12.431, de 24/6/2011*](#))

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As instituições autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para o exercício da administração de carteira de títulos de valores mobiliários poderão constituir Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (FIP-IE) e Fundo de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FIP-PD&I), sob a forma de condomínio fechado, que terão, respectivamente, por objetivo o investimento no território nacional em novos projetos de infraestrutura e de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação. ([*“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 12.431, de 24/6/2011*](#))

§ 1º Para os efeitos desta Lei, consideram-se novos os projetos de infra-estrutura implementados a partir da vigência desta Lei por sociedades especificamente criadas para tal fim, em:

- I - energia;
- II - transporte;
- III - água e saneamento básico;
- IV - irrigação; e

V - outras áreas tidas como prioritárias pelo Poder Executivo Federal. ([*Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 517, de 30/12/2010, convertida na Lei nº 12.431, de 24/6/2011*](#))

§ 1º-A. Além dos dispositivos previstos no § 1º, consideram-se novos os projetos de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação implementados a partir da vigência desta Lei por sociedades específicas criadas para tal fim e que atendam à regulamentação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). ([*Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.431, de 24/6/2011*](#))

§ 2º Os novos projetos de que tratam os §§ 1º e 1º-A deste artigo poderão constituir-se na expansão de projetos já existentes, implantados ou em processo de implantação, desde que os investimentos e os resultados da expansão sejam segregados mediante a constituição de sociedade de propósito específico. [*\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.431, de 24/6/2011\)*](#)

§ 3º As sociedades de propósito específico a que se referem os §§ 1º e 2º deste artigo serão necessariamente organizadas como sociedades por ações, de capital aberto ou fechado. [*\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.431, de 24/6/2011\)*](#)

§ 4º No mínimo 90% (noventa por cento) do patrimônio do FIP-IE e do FIP-PD&I deverão ser aplicados em ações, bônus de subscrição, debêntures, conversíveis ou não em ações, ou outros títulos de emissão das sociedades de que trata o § 3º, desde que permitidos pela regulamentação da CVM para fundos de investimento em participações. [*\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.431, de 24/6/2011\)*](#)

§ 5º [*\(Revogado pela Medida Provisória nº 517, de 30/12/2010, convertida na Lei nº 12.431, de 24/6/2011\)*](#)

§ 6º O FIP-IE e o FIP-PD&I deverão ter um mínimo de 5 (cinco) cotistas, sendo que cada cotista não poderá deter mais de 40% (quarenta por cento) das cotas emitidas pelo FIP-IE ou pelo FIP-PD&I ou auferir rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos dos fundos. [*\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.431, de 24/6/2011\)*](#)

§ 7º As sociedades de que trata o § 3º deverão seguir, pelo menos, as práticas de governança corporativa estabelecidas pela CVM para as companhias investidas por fundos de investimento em participações. [*\(Parágrafo com redação dada pela Medida Provisória nº 517, de 30/12/2010, convertida na Lei nº 12.431, de 24/6/2011\)*](#)

§ 8º O FIP-IE e o FIP-PD&I deverão participar do processo decisório das sociedades investidas com efetiva influência na definição de suas políticas estratégicas e na sua gestão, notadamente por meio da indicação de membros do Conselho de Administração ou, ainda, pela detenção de ações que integrem o respectivo bloco de controle, pela celebração de acordo de acionistas ou pela celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao fundo efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão. [*\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.431, de 24/6/2011\)*](#)

§ 9º O não atendimento pelo FIP-IE ou pelo FIP-PD&I de qualquer das condições de que trata este artigo implica sua liquidação ou sua transformação em outra modalidade de fundo de investimento, no que couber. [*\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.431, de 24/6/2011\)*](#)

§ 10. O FIP-IE e o FIP-PD&I terão o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após obtido o registro de funcionamento na CVM para iniciar suas atividades e para se enquadrarem no nível mínimo de investimento estabelecido no § 4º. [*\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.431, de 24/6/2011\)*](#)

§ 11. Aplica-se também o disposto no § 10 deste artigo na hipótese de desenquadramento do fundo por encerramento de projeto a que se referem os §§ 1º, 1º-A e 2º. [*\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.431, de 24/6/2011\)*](#)

Art. 2º Os rendimentos auferidos no resgate de cotas do FIP-IE e do FIP-PD&I, inclusive quando decorrentes da liquidação do fundo, ficam sujeitos à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento) sobre a diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das cotas. [*\(“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 12.431, de 24/6/2011\)*](#)

LEI Nº 9.430, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996

Dispõe sobre a legislação tributária federal, as

contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I **IMPOSTO DE RENDA - PESSOA JURÍDICA**

Seção V **Preços de Transferência**

Pessoa Vinculada - Conceito

Art. 23. Para efeito dos arts. 18 a 22, será considerada vinculada à pessoa jurídica domiciliada no Brasil:

I - a matriz desta, quando domiciliada no exterior;

II - a sua filial ou sucursal, domiciliada no exterior;

III - a pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no exterior, cuja participação societária no seu capital social a caracterize como sua controladora ou coligada, na forma definida nos §§ 1º e 2º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

IV - a pessoa jurídica domiciliada no exterior que seja caracterizada como sua controlada ou coligada, na forma definida nos §§ 1º e 2º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

V - a pessoa jurídica domiciliada no exterior, quando esta e a empresa domiciliada no Brasil estiverem sob controle societário ou administrativo comum ou quando pelo menos dez por cento do capital social de cada uma pertencer a uma mesma pessoa física ou jurídica;

VI - a pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no exterior, que, em conjunto com a pessoa jurídica domiciliada no Brasil, tiver participação societária no capital social de uma terceira pessoa jurídica, cuja soma as caracterizem como controladoras ou coligadas desta, na forma definida nos §§ 1º e 2º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

VII - a pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no exterior, que seja sua associada, na forma de consórcio ou condomínio, conforme definido na legislação brasileira, em qualquer empreendimento;

VIII - a pessoa física residente no exterior que for parente ou afim até o terceiro grau, cônjuge ou companheiro de qualquer de seus diretores ou de seu sócio ou acionista controlador em participação direta ou indireta;

IX - a pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no exterior, que goze de exclusividade, como seu agente, distribuidor ou concessionário, para a compra e venda de bens, serviços ou direitos;

X - a pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no exterior, em relação à qual a pessoa jurídica domiciliada no Brasil goze de exclusividade, como agente, distribuidora ou concessionária, para a compra e venda de bens, serviços ou direitos.

Países com Tributação Favorecida

Art. 24. As disposições relativas a preços, custos e taxas de juros, constantes dos arts. 18 a 22, aplicam-se, também, às operações efetuadas por pessoa física ou jurídica residente

ou domiciliada no Brasil, com qualquer pessoa física ou jurídica, ainda que não vinculada, residente ou domiciliada em país que não tribute a renda ou que a tribute a alíquota máxima inferior a vinte por cento. (Vide § 5º do art. 9º da Medida Provisória nº 2.159-70, de 24/8/2001)

§ 1º Para efeito do disposto na parte final deste artigo, será considerada a legislação tributária do referido país, aplicável às pessoas físicas ou às pessoas jurídicas, conforme a natureza do ente com o qual houver sido praticada a operação.

§ 2º No caso de pessoa física residente no Brasil:

I - o valor apurado segundo os métodos de que trata o art. 18 será considerado como custo de aquisição para efeito de apuração de ganho de capital na alienação do bem ou direito;

II - o preço relativo ao bem ou direito alienado, para efeito de apuração de ganho de capital, será o apurado de conformidade com o disposto no art. 19;

III - será considerado como rendimento tributável o preço dos serviços prestados apurado de conformidade com o disposto no art. 19;

IV - serão considerados como rendimento tributável os juros determinados de conformidade com o art. 22.

§ 3º Para os fins do disposto neste artigo, considerar-se-á separadamente a tributação do trabalho e do capital, bem como as dependências do país de residência ou domicílio. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 10.451, de 10/5/2002)

§ 4º Considera-se também país ou dependência com tributação favorecida aquele cuja legislação não permita o acesso a informações relativas à composição societária de pessoas jurídicas, à sua titularidade ou à identificação do beneficiário efetivo de rendimentos atribuídos a não residentes. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 11.727, de 23/6/2008, publicada no DOU de 24/6/2008, produzindo efeitos a partir do 1º dia do ano seguinte ao da publicação)

Art. 24-A. Aplicam-se às operações realizadas em regime fiscal privilegiado as disposições relativas a preços, custos e taxas de juros constantes dos arts. 18 a 22 desta Lei, nas transações entre pessoas físicas ou jurídicas residentes e domiciliadas no País com qualquer pessoa física ou jurídica, ainda que não vinculada, residente ou domiciliada no exterior. (“Caput” do artigo acrescido pela Lei nº 11.727, de 23/6/2008, publicada no DOU de 24/6/2008, produzindo efeitos a partir do 1º dia do ano seguinte ao da publicação)

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, considera-se regime fiscal privilegiado aquele que apresentar uma ou mais das seguintes características: (“Caput” do parágrafo único acrescido pela Lei nº 11.727, de 23/6/2008 e com nova redação dada pela Lei nº 11.941, de 27/5/2009)

I - não tribute a renda ou a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento); (Inciso acrescido pela Lei nº 11.727, de 23/6/2008, publicada no DOU de 24/6/2008, produzindo efeitos a partir do 1º dia do ano seguinte ao da publicação)

II - conceda vantagem de natureza fiscal a pessoa física ou jurídica não residente:

a) sem exigência de realização de atividade econômica substantiva no país ou dependência;

b) condicionada ao não exercício de atividade econômica substantiva no país ou dependência; (Inciso acrescido pela Lei nº 11.727, de 23/6/2008, publicada no DOU de 24/6/2008, produzindo efeitos a partir do 1º dia do ano seguinte ao da publicação)

III - não tribute, ou o faça em alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento), os rendimentos auferidos fora de seu território; (Inciso acrescido pela Lei nº 11.727, de 23/6/2008, publicada no DOU de 24/6/2008, produzindo efeitos a partir do 1º dia do ano seguinte ao da publicação)

IV - não permita o acesso a informações relativas à composição societária, titularidade de bens ou direitos ou às operações econômicas realizadas. (Inciso acrescido pela Lei nº 11.727, de 23/6/2008, publicada no DOU de 24/6/2008, produzindo efeitos a partir do 1º dia do ano seguinte ao da publicação)

Art. 24-B. O Poder Executivo poderá reduzir ou restabelecer os percentuais de que tratam o *caput* do art. 24 e os incisos I e III do parágrafo único do art. 24-A, ambos desta Lei.

Parágrafo único. O uso da faculdade prevista no *caput* deste artigo poderá também ser aplicado, de forma excepcional e restrita, a países que componham blocos econômicos dos quais o País participe. [\(Artigo acrescido pela Lei nº 11.727, de 23/6/2008, publicada no DOU de 24/6/2008, produzindo efeitos a partir do 1º dia do ano seguinte ao da publicação\)](#)

Seção VI Lucro Presumido

Determinação

Art. 25. O lucro presumido será o montante determinado pela soma das seguintes parcelas:

.....
.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Documentação e Informação

LEI Nº 8.981, DE 20 DE JANEIRO DE 1995

Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

Faço saber que o **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** adotou a Medida Provisória nº 812, de 1994, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, HUMBERTO LUCENA, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO VI DA TRIBUTAÇÃO DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Seção IV Da Tributação das Operações Financeiras Realizadas por Residentes ou Domiciliados no Exterior

Art. 81. Ficam sujeitos ao Imposto de Renda na fonte, à alíquota de dez por cento, os rendimentos auferidos: [\(Vide Medida Provisória nº 517, de 30/12/2010, convertida na Lei nº 12.431, de 24/6/2011\)](#)

I - pelas entidades mencionadas nos arts. 1º e 2º do Decreto-Lei nº 2.285, de 23 de julho de 1986;

II - pelas sociedades de investimento a que se refere o art. 49 da Lei nº 4.728, de 1965, de que participem, exclusivamente, investidores estrangeiros;

III - pelas carteiras de valores mobiliários, inclusive vinculadas à emissão, no exterior, de certificados representativos de ações, mantidas, exclusivamente, por investidores estrangeiros.

§ 1º Os ganhos de capital ficam excluídos da incidência do Imposto de Renda

quando auferidos e distribuídos, sob qualquer forma e a qualquer título, inclusive em decorrência de liquidação parcial ou total do investimento pelos fundos, sociedades ou carteiras referidos no *caput* deste artigo.

§ 2º Para os efeitos deste artigo, consideram-se:

a) rendimentos: quaisquer valores que constituam remuneração de capital aplicado, inclusive aquela produzida por títulos de renda variável, tais como juros, prêmios, comissões, ágio, deságio e participações nos lucros, bem como os resultados positivos auferidos em aplicações nos fundos e clubes de investimento de que trata o art. 73;

b) ganhos de capital, os resultados positivos auferidos:

b.1) nas operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, com exceção das operações conjugadas de que trata a alínea a do § 4º do art. 65;

b.2) nas operações com ouro, ativo financeiro, fora de bolsa;

§ 3º A base de cálculo do Imposto de Renda sobre os rendimentos auferidos pelas entidades de que trata este artigo será apurada:

a) de acordo com os critérios previstos nos arts. 65 a 67 no caso de aplicações de renda fixa;

b) de acordo com o tratamento previsto no § 3º do art. 65 no caso de rendimentos periódicos;

c) pelo valor do respectivo rendimento ou resultado positivo, nos demais casos.

§ 4º Na apuração do imposto de que trata este artigo serão indedutíveis os prejuízos apurados em operações de renda fixa e de renda variável.

§ 5º O disposto neste artigo alcança, exclusivamente, as entidades que atenderem às normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, não se aplicando, entretanto, aos fundos em condomínio referidos no art. 80.

§ 6º Os dividendos e as bonificações em dinheiro estão sujeitas ao Imposto de Renda à alíquota de quinze por cento.

Art. 82. O Imposto de Renda na fonte sobre os rendimentos auferidos pelas entidades de que trata o art. 81, será devido por ocasião da cessão, resgate, repactuação ou liquidação de cada operação de renda fixa, ou do recebimento ou crédito, o que primeiro ocorrer, de outros rendimentos, inclusive dividendos e bonificações em dinheiro.

§ 1º [*\(Revogado pela Lei nº 9.430 de 27/12/1996\)*](#)

§ 2º Os dividendos que forem atribuídos às ações integrantes do patrimônio do fundo, sociedade ou carteira, serão registrados, na data em que as ações forem cotadas sem os respectivos direitos (ex-dividendos), em conta representativa de rendimentos a receber, em contrapartida à diminuição de idêntico valor da parcela do ativo correspondente às ações às quais se vinculam, acompanhados de transferência para a receita de dividendos de igual valor a débito da conta de resultado de variação da carteira de ações.

§ 3º Os rendimentos submetidos à sistemática de tributação de que trata este artigo não se sujeitam a nova incidência do Imposto de Renda quando distribuídos.

§ 4º [*\(Revogado pela Lei nº 11.196, de 21/11/2005, a partir de 1/1/2006\)*](#)

.....

.....

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 22/09/2022 | Edição: 181-A | Seção: 1 - Extra A | Página: 1

Órgão: Atos do Poder Executivo

REPUBLICAÇÃO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.137, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022 (*)

Altera a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dispõe sobre redução a zero das alíquotas do imposto sobre a renda de beneficiário residente ou domiciliado no exterior nas operações que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Esta Medida Provisória altera a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dispõe sobre redução a zero das alíquotas do imposto sobre a renda de beneficiário residente ou domiciliado no exterior nas operações que especifica.

Art. 2º A Lei nº 11.312, de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º

§ 4º O disposto neste artigo aplica-se também:

I - ao residente ou domiciliado no exterior que seja cotista dos fundos de que trata a Lei nº 11.478, de 29 de maio de 2007; e

II - aos fundos soberanos, ainda que residentes ou domiciliados em países com tributação favorecida, nos termos do disposto no art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

§ 5º Para fins do disposto no inciso II do § 4º, classificam-se como fundos soberanos os veículos de investimento no exterior cujo patrimônio seja composto por recursos provenientes exclusivamente da poupança soberana do país respectivo.

§ 6º O disposto neste artigo não se aplica ao cotista que seja residente ou domiciliado em país com tributação favorecida ou beneficiário de regime fiscal privilegiado, nos termos do disposto nos art. 24 e art. 24-A da Lei nº 9.430, de 1996." (NR)

Art. 3º Fica reduzida a zero a alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, produzidos por:

I - títulos ou valores mobiliários objeto de distribuição pública, de emissão por pessoas jurídicas de direito privado, excluídas as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

II - fundos de investimento em direitos creditórios, regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários, cujo originador ou cedente da carteira de direitos creditórios não seja instituição financeira e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e

III - Letras Financeiras, de que trata o art. 37 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, consideram-se rendimentos quaisquer valores que constituam remuneração de capital aplicado, inclusive aquela produzida por títulos de renda variável, tais como juros, prêmios, comissões, ágio e deságio e os resultados positivos auferidos em aplicações em fundos de investimento.

§ 2º Para fins do disposto neste artigo, os fundos de investimento em direitos creditórios ~~ou~~ os certificados de recebíveis imobiliários poderão ser constituídos para adquirir recebíveis de apenas um cedente ou devedor.

§ 3º Para fins do disposto no inciso I do **caput**, deverá ser comprovado que o título ou valor mobiliário está registrado em sistema de registro autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, no âmbito de suas competências.

§ 4º Para fins do disposto no inciso II do **caput**, deverá ser comprovado que as cotas estejam admitidas à negociação em mercado organizado de valores mobiliários ou registradas em sistema de registro autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, no âmbito de suas competências.

§ 5º Para fins do disposto neste artigo, consideram-se instituições financeiras:

- I - bancos de qualquer espécie;
- II - cooperativas de crédito;
- III - caixas econômicas;
- IV - sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários;
- V - sociedades corretoras de câmbio e de títulos e valores mobiliários;
- VI - sociedades de crédito, financiamento e investimentos;
- VII - sociedades de crédito imobiliário; e
- VIII - sociedades de arrendamento mercantil.

§ 6º O disposto neste artigo aplica-se:

- I - ao beneficiário residente ou domiciliado no exterior que realize operações financeiras no Brasil, de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional; e
- II - às cotas de fundo de investimento que invistam exclusivamente e em qualquer proporção:
 - a) nos títulos ou valores mobiliários de que trata o inciso I do **caput**;
 - b) em ativos que produzam rendimentos isentos ao investidor de que trata este artigo;
 - c) em títulos públicos federais; e
 - d) em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais ou cotas de fundos de investimento que invistam em títulos públicos federais.

§ 7º Aplica-se o disposto neste artigo aos fundos soberanos que realizem operações financeiras no Brasil, de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, ainda que domiciliados ou residentes em países com tributação favorecida, nos termos do disposto no art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

§ 8º Para fins do disposto no § 7º, classificam-se como fundos soberanos os veículos de investimento no exterior cujo patrimônio seja composto por recursos provenientes exclusivamente da poupança soberana do país respectivo.

§ 9º Os benefícios previstos neste artigo não se aplicam:

- I - às operações celebradas entre pessoas vinculadas, nos termos do disposto nos incisos I a VI e VIII do **caput** do art. 23 da Lei nº 9.430, de 1996; e
- II - ao investidor domiciliado em jurisdição de tributação favorecida ou beneficiário de regime fiscal privilegiado, nos termos do disposto nos art. 24 e art. 24-A da Lei nº 9.430, de 1996.

Art. 4º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei nº 11.312, de 2006:

- I - § 4º do art. 2º; e
- II - § 1º e § 2º do art. 3º.

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Paulo Guedes

Republicação da Medida Provisória nº 1.137, de 21 de setembro de 2022, por ter constado incorreção, quanto ao original, na Edição do Diário Oficial da União de 22 de setembro de 2022, Seção 1.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Ofício nº 400 (CN)

Brasília, em 14 de Novembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Arthur Lira
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminha Medida Provisória.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº 1.137, de 2022, que “Altera a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dispõe sobre a redução a zero das alíquotas do imposto sobre a renda de beneficiário residente ou domiciliado no exterior nas operações que especifica”.

À Medida foram oferecidas 20 (vinte) emendas, as quais podem ser acessadas no portal do Congresso Nacional, juntamente com os demais documentos que compõem a matéria, no seguinte link: “<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/154767>”.

Esclareço, ainda, que este ofício foi encaminhado também por meio digital ao Serviço de Protocolo da Secretaria-Geral da Mesa dessa Casa.

Atenciosamente,



Senador Rodrigo Pacheco
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1137, de 2022**, que *"Altera a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dispõe sobre a redução a zero das alíquotas do imposto sobre a renda de beneficiário residente ou domiciliado no exterior nas operações que especifica."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Deputado Federal Sergio Souza (MDB/PR)	001
Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE)	002
Deputado Federal Alexis Fonteyne (NOVO/SP)	003; 004; 005; 006; 007; 008
Deputado Federal Heitor Freire (UNIÃO/CE)	009; 010; 011; 012; 014
Deputado Federal Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG)	013
Deputado Federal Jerônimo Goergen (PP/RS)	015
Deputado Federal Rodrigo Agostinho (PSB/SP)	016; 017
Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)	018
Deputado Federal Joceval Rodrigues (CIDADANIA/BA)	019
Deputado Federal Luis Miranda (REPUBLICANOS/DF)	020

TOTAL DE EMENDAS: 20



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.137, DE 2022

00001

EMENDA ADITIVA

Art. 1º A Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“ Despesas na Produção de Sementes

Art. 70-A. Para fins de interpretação e apuração do lucro tributável da pessoa jurídica que atua na multiplicação de sementes, os limites de dedutibilidade previstos no art. 74 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958, e no art. 12 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, não se aplicam aos casos de pagamentos ou repasses efetuados a pessoa jurídica não ligada, nos termos do § 3º do art. 60 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, domiciliada no País, pela exploração ou pelo uso de tecnologia de transgenia ou de licença de cultivos por terceiros, dispensada a exigência de registro dos contratos referentes a essas operações nos órgãos de fiscalização ou nas agências reguladoras para esse fim específico.”

JUSTIFICAÇÃO

Este ano apresentei o PL 947/2022, que já foi aprovado na Comissão de Finanças e Tributação, aguardando análise da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Naquela proposição afirmei o seguinte:

“O conjunto normativo brasileiro relacionado à tributação de royalties foi elaborado em um contexto econômico não mais condizente com o momento atual de desenvolvimento tecnológico efetivo e dinâmico no País, nem com o intuito do governo brasileiro de favorecer a inovação e os investimentos em setores estratégicos.

A legislação incidente nas operações que envolvem pagamento de royalties e sua tributação pelo imposto de renda data dos anos 1950, e foi instituída como resposta ao temor de evasão de divisas do País em remessas de pagamentos ao exterior.

A análise da jurisprudência, tanto administrativa quanto judicial, ao longo dos anos, permite identificar as dificuldades de interpretação decorrentes do emaranhado legal, formado por leis e normas infra legais tributárias, de propriedade industrial e cambiais. De um entendimento inicial de que o art. 74 da Lei 3.470/1958 teria sido revogado pelo art. 71 da Lei 4.506/1964, passou-se ao entendimento prevalecente de não revogação do art. 74 da Lei 3.470/1958 e consequente manutenção dos limites para dedução dos valores pagos a título de royalties para fins tributários, e de suas condicionantes, como o registro do contrato de licenciamento no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

A legislação, inicialmente pensada para regular as remessas ao exterior para fins de pagamento de royalties entre partes relacionadas, passou a ser



aplicada, equivocadamente, às operações em âmbito nacional e entre partes não relacionadas estabelecidas no Brasil, limitando a dedutibilidade para fins do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL). Esta situação gera um desincentivo à comercialização de ativos de propriedade industrial no Brasil. O desenvolvimento científico e tecnológico de nosso País não pode ser limitado por uma legislação da década de 1950, que não condiz com a necessidade de inovações para fazer frente aos desafios dos diferentes setores da economia, incluindo, interação, as diferentes indústrias, a infraestrutura e a agricultura e a pecuária.

Não é razoável que a Lei 3470/1958 instituída em um contexto específico e com o intuito maior de evitar evasão de divisas ao exterior seja ainda hoje aplicada a operações de tributação com royalties, nesse sentido, é proposta a alteração legislativa acima.

Mencione-se que o texto agora aprovado foi abarcado quando da aprovação do PL 2337/2021 pela Câmara dos Deputados. Todavia, como ainda não foi debatido o tema no Senado Federal, eis que o mencionado PL possui diversos temas e tendo em vista a insegurança jurídica que a interpretação da legislação tributária sobre a dedutibilidade dos royalties ainda está causando, apresentamos este projeto para, naquilo em que não há discussão, já conferir adequada solução e interpretação.

Por fim, para fins de adequação orçamentária e atenção à LRF, entende-se que, por se tratar de norma interpretativa, não há a necessidade de atenção, uma vez que não ocorrerá diminuição da arrecadação, servindo o projeto para conferir segurança jurídica na produção rural.

A alteração esclarecerá e tornará mais simples e transparente o funcionamento do sistema de propriedade industrial e a tributação de royalties no caso de operações entre partes não relacionadas em âmbito nacional.”

Vale ressaltar o que foi dito e decidido quando da aprovação na CFT, o relator, Deputado Júlio Cesar, sobre a inexistência de impacto fiscal e a viabilidade e assertividade jurídica e constitucional da proposição:

“Cabe a este órgão técnico, além do mérito, examinar a Proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação de 29 de maio de 1996, que “estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira”.

O art. 1º, § 1º, da Norma Interna define como compatível “a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor”, e como adequada “a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual”.

Na sequência, o §2º do mesmo artigo dispõe que “Sujeitam-se obrigatoriamente ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira as proposições que impliquem aumento ou diminuição da receita ou despesa da União ou repercutam de qualquer modo sobre os respectivos Orçamentos, sua forma ou seu conteúdo.”

Ou seja, como do exame da matéria não se identifica potencial impacto, direto ou indireto, sobre a receita e a despesa públicas da União, não há



necessidade de análise do impacto ou conclusão sobre compatibilidade ou adequação orçamentária. Isto porque seu caráter é eminentemente normativo, acrescentando apenas e tão somente interpretação à legislação tributária.

Aliás, mesmo que se considerasse a norma como não interpretativa, ainda assim não seria necessário a análise do impacto, porquanto não seria considerado, o fim de limitação de dedutibilidade de despesa na apuração do lucro como renúncia. É que o §1º do art. 14 elenca quais são as hipóteses de renúncia, a saber:

“Art. 14.

.....

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.”

A situação posta não é benefício, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção, alteração de alíquota, modificação de base de cálculo ou impacta na redução discriminada de tributo. É apenas o ajuste e aceite correto da apuração do lucro, que deve considerar, em última análise, todas as despesas efetivamente ocorridas.

Não é criada, deste modo, despesa, tampouco há renúncia de receita.

Como já estivemos diante em outros momentos, à exemplo do art. 33 da Lei nº 12.865/2013, não há nenhuma inovação quanto à legislação. É que a função desta norma interpretativa, nos moldes do art. 106, I, do Código Tributário Nacional, é resolver a dúvida quanto à correta aplicação da legislação. O Congresso Nacional, nos termos do artigo 48, I, da Constituição Federal de 1988 é o órgão competente para tanto.

Portanto, não há que se falar em impacto financeiro que resulte renúncia de receita ou aumento de despesa, não ofendendo os artigos 113 do ADCT e 14 da LRF ou mesmo a lei de diretrizes orçamentária.

Quanto ao mérito, só se pode reforçar a posição já muito bem defendida pelo Autor da proposta, Deputado Sérgio Souza.”

Inobstante a tramitação avançada, a situação está cada vez mais insegura para a cadeia produtiva de sementes, o que demonstra a urgência de apresentação e incorporação da presente alteração.

Mencione-se, por fim, que há total relação entre o tema tratado na Medida Provisória 1.137, de 2022 e a proposta de emenda ora apresentada. **Primeiramente**, a legislação alterada é a mesma (Lei nº 9.430/96). **Em segundo**, o objeto é o mesmo: imposto sobre a renda. **Em terceiro**, por certo que o objetivo pretendido por esta emenda está em alinhamento com o buscado pela Medida Provisória.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 2022.

Deputado Sérgio Souza





CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 1137

26

00002
ETIQUETA

DATA
/ /2022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.137, de 2022

AUTOR
DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO

Nº PRONTUÁRIO

TIPO

1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Inclua-se, onde couber, os seguintes artigos à Medida Provisória nº 1.137/2022

Art. XX. A Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

.....

IX - a partir do mês de abril do ano-calendário de 2015 e até o mês de dezembro do ano-calendário de 2022:

.....

X - a partir do mês de janeiro do ano-calendário de 2023:

Tabela Progressiva Mensal

Base de cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir do IR (R\$)
Até 2.865,49	-	
De 2865,50 até 4.254,11	7,5	214,91
De 4.254,12 até 5.645,33	15	533,97
De 5.645,34 até 7.020,34	22,5	957,38
Acima de 7.020,34	27,5	1.308,39

..... ”(N.R.)

Art. XX+1. A Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações:



“Art. 6º

.....

XV –

.....

h) R\$ 1.787,77 (mil, setecentos e oitenta e sete reais e setenta e sete centavos), por mês, para o ano-calendário de 2014 e para os meses de janeiro a março do ano-calendário de 2015;

i) R\$ 1.903,98 (mil, novecentos e três reais e noventa e oito centavos), por mês, a partir do mês de abril do ano-calendário de 2015 **até o mês de dezembro do ano-calendário de 2022; e**

j) R\$ 2.865,49 (dois mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e nove centavos), por mês, a partir do mês de janeiro do ano-calendário de 2023.

.....” (NR)

Art. XX+2. A Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º

.....

III –

.....

i) R\$ 189,59 (cento e oitenta e nove reais e cinquenta e nove centavos), a partir do mês de abril do ano-calendário de 2015 **até o ano-calendário de 2022; e**

j) R\$ 285,33 (duzentos e oitenta e cinco reais e trinta e três centavos), a partir do ano-calendário de 2023.

.....

VI –

.....

h) R\$ 1.787,77 (mil, setecentos e oitenta e sete reais e setenta e sete centavos), por mês, para o ano-calendário de 2014 e para os meses de janeiro a março do ano-calendário de 2015;

i) R\$ 1.903,98 (mil, novecentos e três reais e noventa e oito centavos), por mês, a partir do mês de abril do ano-calendário de 2015 **até o mês de dezembro do ano-calendário de 2022; e**

j) R\$ 2.865,49 (dois mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e nove



centavos), por mês, a partir do mês de janeiro do ano-calendário de 2023.

.....” (NR)

“Art. 8º

.....

II –

.....

b)

.....

10. R\$ 3.561,50 (três mil, quinhentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos), para o ano-calendário de 2015 **até o ano-calendário de 2022; e**

11. R\$ 5.360,09 (cinco mil, trezentos e sessenta reais e nove centavos), a partir do ano-calendário de 2023;

c)

.....

9. R\$ 2.275,08 (dois mil, duzentos e setenta e cinco reais e oito centavos) para o ano-calendário de 2015 **até o ano-calendário de 2022; e**

10. R\$ 3.424,00 (três mil, quatrocentos e vinte e quatro reais), a partir do ano-calendário de 2023;

“Art. 10.

.....

IX - R\$ 16.754,34 (dezesesseis mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos) para o ano-calendário de 2015 **até o mês de dezembro do ano-calendário de 2022;**

IX - R\$ 25.215,28 (vinte e cinco mil, duzentos e quinze reais e vinte e oito centavos) a partir do ano-calendário de 2023.

.....” (NR)

JUSTIFICATIVA

A última correção da tabela progressiva do imposto de renda da pessoa física foi feita em 2015 e produziu efeitos a partir do mês de abril daquele ano. Desde então, a inflação medida pelo IPCA, de maio de 2015 a agosto de 2022, chegou a 50,5%, sendo que durante todo esse tempo o governo federal foi omissivo na atualização da tabela, em



nítido prejuízo aos trabalhadores brasileiros.

A correção do imposto de renda se faz urgente. Em 2023 está previsto um salário mínimo de R\$ 1.302,00. Enquanto isso a legislação vigente tributa pelo imposto de renda quem recebe acima de R\$ 1.903,98 por mês. Ou seja, o trabalhador que ganhar pouco mais de 45% do salário mínimo irá pagar imposto de renda!!!!!! Enquanto isso, empresários que recebem milhões de reais em lucros e dividendos seguem isentos do imposto.

Para fazer justiça fiscal propomos a atualização da tabela do IRPF e de todas as deduções legais em 50,5% a valer a partir do ano-calendário de 2023.

Diante das razões apontadas, convocamos os nobres pares a apoiarem a presente emenda.

ASSINATURA

Brasília, de setembro de 2022.



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.137, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Altera a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dispõe sobre a redução a zero das alíquotas do imposto sobre a renda de beneficiário residente ou domiciliado no exterior nas operações que especifica.

EMENDA Nº / 2022

(Do Sr. Alexis Fonteyne)

Art. 1º. Inclua-se na MP os artigos abaixo, com a seguinte redação:

“Art. x. Fica instituído no âmbito do Poder Executivo o Sistema “Tax Free”, com o objetivo de assegurar a turistas estrangeiros, quando de sua saída do País, a restituição dos tributos federais incidentes sobre produtos adquiridos em estabelecimentos comerciais no território nacional.

Parágrafo único. O disposto no caput será regulamentado pelo Poder Executivo, a quem caberá estabelecer os critérios e os limites para a restituição, classes e tipos de produtos aplicáveis e o valor mínimo de aquisições.

Art. y. Mediante convênio com o Poder Executivo Federal, fica facultado aos estados aderirem ao Sistema “Tax Free” para a restituição dos tributos de sua competência.”
(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Diversos brasileiros, em viagem ao exterior, possuem a possibilidade de restituição dos tributos - o conhecido sistema “tax free” - incidentes sobre as mercadorias que comprou durante a sua viagem. Entretanto, a reciprocidade não é válida no Brasil. Um turista estrangeiro é desestimulado a comprar produtos vendidos no Brasil, uma vez que não está ao seu alcance a possibilidade de restituição dos tributos embutidos nos preços, por falta de previsão legal. Por essa razão, para corrigir essa distorção e a falta de reciprocidade que prejudica o turismo internacional no Brasil, propomos a presente Emenda.

Sala das Sessões _____, _____ em de 2022

Deputado Alexis Fonteyne

NOVO - SP



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.137, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Altera a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dispõe sobre a redução a zero das alíquotas do imposto sobre a renda de beneficiário residente ou domiciliado no exterior nas operações que especifica.

EMENDA Nº / 2022

(Do Sr. Alexis Fonteyne)

Art. 1º. Inclua-se na MP o dispositivo abaixo, com a seguinte redação:

“Art. x. A Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 16-A. Serão reajustados, em janeiro de cada ano, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, os valores de que tratam:

I - as alíneas ‘i’ dos incisos III e VI do art. 4º desta Lei;

II - o item 10 da alínea ‘b’ e o item 9 da alínea ‘c’ do inciso II do art. 8º desta Lei;

III - o inciso IX do art. 10 desta Lei;

IV - o inciso IX do art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, relativamente às faixas de incidência do imposto, recalculando-se as parcelas a deduzir de cada faixa;

V - a alínea ‘i’ do inciso XV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988.

Parágrafo único. Os reajustes de que trata este artigo serão calculados e divulgados pelo Poder Executivo, por meio de decreto.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O último reajuste da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e das demais deduções da legislação do tributo foi realizado pela Medida Provisória nº 670, de 10 de março de 2015, convertida na Lei nº 13.149, de 21 de julho de 2015. Portanto, há vários anos os contribuintes brasileiros vêm sofrendo um silencioso e implacável aumento da carga tributária sobre seus salários, honorários, aluguéis e outros rendimentos sujeitos à tabela progressiva e ao ajuste final do IRPF. Só entre julho/2015 e agosto/2022, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) teve variação acumulada de 47,29%, fazendo com que, mesmo aqueles que aumentaram seus rendimentos apenas para cobrir a inflação, passassem a pagar mais imposto, reduzindo, por conseguinte, a capacidade de consumo e poupança das famílias brasileiras. Propomos, então, colocar um fim definitivo nessa persistente omissão. Para tanto, a presente emenda estabelece a correção anual da tabela e das deduções do IRPF, utilizando como referência o IPCA.



Acreditamos que a presente proposição é meritória e fundamental, pois protege o poder de compra dos contribuintes e é bastante moderada para os cofres públicos, motivo pelo qual solicitamos o apoio dos Nobres Pares para seu aprimoramento e aprovação.

Sala das Sessões____,_____ em de 2022

Deputado Alexis Fonteyne

NOVO - SP



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.137, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Altera a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dispõe sobre a redução a zero das alíquotas do imposto sobre a renda de beneficiário residente ou domiciliado no exterior nas operações que especifica.

EMENDA Nº / 2022

(Do Sr. Alexis Fonteyne)

Art. 1º. Inclua-se na MP o dispositivo abaixo, com a seguinte redação:

Art. x. A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 3º.....

§ 5º Serão reajustados, em janeiro de cada ano, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, os valores de que tratados no §1º deste artigo." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, as empresas que faturam até 20 mil reais dentro do período de apuração com as especificidades dos regimes de lucro real, presumido ou arbitrado, são tributadas em 15% a título de Imposto de Renda Pessoa Jurídica. Contudo, há uma alíquota adicional de 10% sobre a parcela que exceder esse valor. Ocorre que desde 1996 este valor é estático, assim, a inflação vem cada dia fazendo com que mais e mais empreendedores paguem impostos adicionais mesmo que não tenham efetivamente melhorado seus resultados. Portanto, há mais de 20 anos os contribuintes brasileiros vêm sofrendo um silencioso e implacável aumento da carga tributária sobre suas empresas. Propomos, então, criar um critério mais justo e colocar um fim definitivo nessa persistente omissão legislativa. Para tanto, o presente projeto de lei estabelece a correção desta incongruência no IRPJ, utilizando como referência o IPCA, índice de preços que o governo federal busca manter estável.

Sala das Sessões____,_____ em de 2022

Deputado Alexis Fonteyne

NOVO - SP



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.137, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Altera a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dispõe sobre a redução a zero das alíquotas do imposto sobre a renda de beneficiário residente ou domiciliado no exterior nas operações que especifica.

EMENDA Nº / 2022

(Do Sr. Alexis Fonteyne)

Art. 1º. Inclua-se na MP o dispositivo abaixo, com a seguinte redação:

“Art. x. A Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que passa a vigorar acrescida do art. 40-A, com a seguinte redação:

Art. 40-A. Para a apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda incidente sobre o ganho de capital por ocasião da alienação, a qualquer título, de bens imóveis realizada por pessoa física residente no País, o valor da aquisição poderá ser corrigido pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme o seguinte:

I – para os imóveis adquiridos até 31 de dezembro de 1995, sobre o valor declarado em 31 de dezembro de 1997 aplicar-se-á a variação do IPCA de 1º de janeiro de 1998 até o mês anterior à sua alienação;

II – para os imóveis adquiridos a partir de 1º de janeiro de 1996, aplicar-se-á a variação do IPCA do dia 1º do mês seguinte à aquisição até o mês anterior à alienação.

§ 1º. A diferença entre o valor corrigido e o constante da declaração de exercícios anteriores será considerada rendimento isento.

§ 2º. Na extinção ou indisponibilidade do IPCA, o referido índice poderá ser substituído por outro índice oficial de inflação a partir do mês seguinte à sua indisponibilidade.

§ 3º O fator de redução previsto neste artigo não prejudica a aplicação do percentual de redução de que trata o art. 18 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988.” (NR)

Art. 2º. Ficam revogados:

I – o inciso II do art. 17 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995;

II – o art. 40 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.



JUSTIFICAÇÃO

A atualização de bens imóveis para fins de apuração de ganho de capital na alienação é proibida pela legislação vigente, para imóveis adquiridos e/ou alienados após 31 de dezembro de 1995.

Ocorre que, em muitas ocasiões, o ganho de capital apurado é composto, majoritariamente, de correção monetária do ativo. Um bem, móvel ou imóvel, pode, ao longo do tempo, depreciar ou apreciar seu valor. Bens imóveis, em geral, apreciam com o passar dos anos, pois sua utilidade não se perde, ao contrário de alguns bens móveis, como automóveis.

Contudo, a apreciação do valor de um bem imóvel é composta de dois componentes: (i) valorização inflacionária, aquela que decorre da mera manutenção do valor real do bem ao longo do tempo; e (ii) valorização real, aquela decorrente do aumento de valor real do bem, influenciada por questões como aumento da demanda, investimentos em infraestrutura a região, dentre outros aspectos que promovem a elevação da utilidade do bem, com o consequente aumento de seu valor em patamar superior à inflação.

Com o regramento atualmente vigente, a apuração do ganho de capital não diferencia o ganho real da correção inflacionária, incidindo alíquota de imposto sobre o total do ganho apurado no momento da alienação do bem. No limite, trata-se de tributo expropriatório, haja vista que, ao incidir sobre o ganho decorrente de correção inflacionária, reduz o valor real do patrimônio de seu proprietário.

Veja-se o exemplo: um proprietário que adquiriu um imóvel em abril de 2005 por R\$ 100.000 (cem mil reais) e o vende em abril de 2019 por R\$ 213.239 (duzentos e treze mil duzentos e trinta e nove reais), pagaria de imposto de renda sobre ganho de capital o valor de R\$ 9.229,78 (nove mil duzentos e vinte e nove reais e setenta e oito centavos). Ocorre que toda essa valorização ocorrida no período decorreu de mera correção monetária, considerando o IPCA acumulado no período correspondente a 113,24%. Ou seja, o proprietário não percebeu evolução real de seu patrimônio, tendo havido somente a manutenção do valor real do bem ao longo do tempo por conta da inflação.

Contudo, a aplicação do imposto de renda sobre ganho de capital de maneira indiscriminada como é feita hoje reduz o patrimônio real do proprietário. Ao pagar o tributo no valor calculado acima, seu patrimônio é reduzido na mesma proporção, restando ao final da venda um valor de R\$ 204.099 (duzentos e quatro mil e noventa e nove reais). Se descontarmos a inflação no período entre a aquisição e a alienação do referido imóvel, seria como o valor de aquisição, em abril de 1995, fosse reduzido de R\$ 100 mil para R\$ 95.713, uma redução do patrimônio real no patamar de 4,28%. Ou seja, o cidadão está sendo tributado pela mera alienação de um bem, sem qualquer ganho real sobre o valor do imóvel. Vale mencionar que já há tributo específico sobre a transferência de bens imóveis - o ITBI, de competência dos municípios.

Portanto, a incidência de tributo sobre ganho de capital decorrente de mera atualização monetária do patrimônio representa dupla tributação, algo completamente desarrazoado considerando a já elevada carga tributária vigente no país. A proposta aqui apresentada também levou em consideração que o custo dos bens e direitos adquiridos até 31 de dezembro de 1995 já foi corrigido até 31 de dezembro de 1997 (art. 24 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997). Ademais, considerando que o inciso II do art. 17 da Lei 9.249/1995 veda qualquer correção para imóveis adquiridos após 31 de dezembro de 1995, foi proposta também a revogação do referido dispositivo. Na mesma linha, sugere-se a revogação do art. 40 da Lei 11.196/2005, que trata dos fatores de redução (FR1 e FR2), que são substituídos pela regra ora proposta. Por outro lado, a tributação de



ganho de capital decorrente de valorização real do imóvel é mantida, voltando a tributação do ganho de capital àquilo que de fato constitui renda do contribuinte.

Portanto, é certo que a proposta é meritória e benéfica para os trabalhadores brasileiros e para a própria economia. Dessa forma, peço apoio de Vossas Excelências para a aprovação desta proposição legislativa.

Sala das Sessões____,_____ em de 2022

Deputado Alexis Fonteyne

NOVO - SP



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.137, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Altera a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dispõe sobre a redução a zero das alíquotas do imposto sobre a renda de beneficiário residente ou domiciliado no exterior nas operações que especifica.

EMENDA Nº / 2022

(Do Sr. Alexis Fonteyne)

Art. 1º. Inclua-se na MP o dispositivo abaixo, com a seguinte redação:

“Art. x. O Art. 74 da Lei nº 9.340, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 74. O sujeito passivo que apurar crédito, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de restituição ou de ressarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados por aquele Órgão e de débitos relativos à multa de mora que trata o art. 61.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Um princípio do meu mandato é a defesa do cidadão do Estado. O sistema tributário brasileiro é cheio de iniquidades e a sua falta de atualização impõe injustiças ao cidadão brasileiro.

Com o passar dos anos o grande número de edições legislativas em normas tributárias criou um verdadeiro manicômio tributário, que implica num ambiente de negócios cheio de insegurança jurídica, aumenta e encarece a máquina pública e silenciosamente piora a vida daqueles que são desprovidos de recursos financeiros.

Por muitas vezes a complexidade tributária reflete em processos judiciais que tramitam anos a fio. Segundo o estudo “Os Desafios do Contencioso Tributário no Brasil”, publicado pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco) e pela Consultoria Ernst & Young (EY)¹, um processo tributário no Brasil dura em média 19 anos. Outro ponto alarmante do referido estudo é que atualmente o contencioso tributário já ultrapassa 50 por cento do PIB brasileiro.

Há uma disparidade de poderes na relação entre Estado e empresário. Ora, se o empresário não cumpre suas obrigações com o fisco é multado em até 20% (vinte por cento) como forma de puni-lo. Caso o empresário recolha seus impostos, equivocadamente, num valor maior do que era devido, deverá enfrentar um processo judicial por longos anos para reaver seu dinheiro. Se o valor devido pelo Estado for maior que 60 salários mínimos o cenário é pior, visto que deverá ser pago por precatório e só será pago se incluído na proposta de lei orçamentária.



Para melhorar esse cenário, sabendo que a indisponibilidade desses recursos é lesiva tanto para o Estado brasileiro como para o empresário, apresentamos esta Emenda para possibilitar a compensação das multas de mora com créditos que eventualmente as empresas tenham com a União.

Sala das Sessões____,_____ em de 2022

Deputado Alexis Fonteyne

NOVO - SP



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.137, DE 2022

Altera a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dispõe sobre a redução a zero das alíquotas do imposto sobre a renda de beneficiário residente ou domiciliado no exterior nas operações que especifica.

EMENDA Nº

(Do Sr. Alexis Fonteyne)

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 1.137/2022, o seguinte dispositivo:

“Art. __ Dê-se a seguinte redação ao art. 78 e ao §10º do artigo 87 ambos da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014:

Art. 78. Até o ano-calendário de 2024, as parcelas de que trata o art. 77 poderão ser consideradas de forma consolidada na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL da controladora no Brasil, excepcionadas as parcelas referentes às pessoas jurídicas investidas que se encontrem em pelo menos uma das seguintes situações:’

‘Art. 87.....

§ 10. Até o ano-calendário de 2024, a controladora no Brasil poderá deduzir até 9% (nove por cento), a título de crédito presumido sobre a renda incidente sobre a parcela positiva computada no lucro real, observados o disposto no § 2º deste artigo e as condições previstas nos incisos I e IV do art. 91 desta Lei, relativo a investimento em pessoas jurídicas no exterior que realizem as atividades de fabricação de bebidas, de fabricação de produtos alimentícios e de construção de edifícios e de obras de infraestrutura, além das demais indústrias em geral.

.....” (NR)



JUSTIFICAÇÃO

A legislação brasileira, atualmente, tem como premissa de universalidade da tributação, o que viabiliza a tributação da renda obtida inclusive além dos limites territoriais, independentemente de onde eles foram gerados, ainda que tenham sido reinvestidos no exterior. Tal premissa tem como consequência direta a dupla tributação.

A Lei 12.973/2014, visando mitigar a repercussão de tal premissa do sistema tributário nacional, possibilitou a dedução, até o ano-calendário de 2022, do IRPJ e da CSLL incidentes sobre a parcela positiva computada no lucro real relativo aos lucros das investidas no exterior, de crédito presumido de até 9% para as empresas que desenvolvem atividades de fabricação de bebidas e produtos alimentícios, de construção de edifícios e de obras de infraestrutura e as demais indústrias em geral.

Além disso, o art. 78 da Lei nº 12.973/2014, permitiu a apuração consolidada dos resultados das controladas estrangeiras, até o ano-calendário de 2022, em que há a possibilidade de compensação de prejuízos fiscais entre elas. Essa consolidação resulta na tributação do efetivo lucro da investidora brasileira nas operações internacionais. Ou seja, caso uma controlada apresente lucro e outra prejuízo, o somatório positivo desses valores que será efetivamente tributado.

Diante disso, a presente emenda prorroga, até 2024, a possibilidade de utilização de crédito presumido de 9% e de consolidação dos resultados de controladas no exterior.

Sala das Sessões, de setembro de 2022

Deputado Alexis Fonteyne
NOVO-SP



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.137, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Altera a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dispõe sobre a redução a zero das alíquotas do imposto sobre a renda de beneficiário residente ou domiciliado no exterior nas operações que especifica.

EMENDA Nº XX

(Do Sr. Heitor freire)

Suprima-se o inciso I, §9º, do artigo 3º da Medida Provisória 1.137, de 22 de setembro de 2022:

“Art. 3º

(...)

§ 9º Os benefícios previstos neste artigo não se aplicam:

~~I — às operações celebradas entre pessoas vinculadas, nos termos do disposto nos incisos I a VI e VIII do caput do art. 23 da Lei nº 9.430, de 1996.~~

(...)”

JUSTIFICAÇÃO

Considerando que os ativos de que tratam o inciso I e III do artigo 3º e as cotas do fundo de que tratam o inciso II do artigo 3º e o inciso II de seu § 6º, são valores mobiliários que circulam no mercado financeiro e de capitais, a manutenção do inciso I, §9º, art. 3º pode inviabilizar o produto dada a dificuldade dos responsáveis



tributários efetuarem o controle pretendido neste dispositivo em relação as pessoas vinculadas.

Ainda, a manutenção do citado inciso acarretará a inexistência deste mercado.

Diante do colocado acima, o art. 3º, 97º, I da Medida Provisória nº 1137/22 deve ser excluído, com a consequente renumeração dos incisos subsequentes.

Sala das Sessões, em de de 2022.

Deputado HEITOR FREIRE
UNIÃO/CE



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.137, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Altera a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dispõe sobre a redução a zero das alíquotas do imposto sobre a renda de beneficiário residente ou domiciliado no exterior nas operações que especifica.

EMENDA Nº XX

(Do Sr. Heitor freire)

Art. 1º Altere-se o § 6º do artigo 2º da Lei nº 11.312/06, na redação que lhe foi atribuída pelo artigo 2º da Medida Provisória nº 1.137/22, bem como o inciso II do § 9º do artigo 3º da mesma Medida Provisória, nos seguintes termos:

“Art. 2º A Lei nº 11.312, de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 3º

.....

(...)

§ 6º O disposto neste artigo não se aplica ao cotista que seja residente ou domiciliado em país com tributação favorecida nos termos do disposto nos art. 24 da Lei nº 9.430, de 1996.”

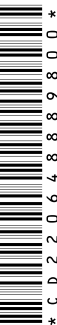
(...)

“Art. 3º Fica reduzida a zero a alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, produzidos por:

(...)

§ 9º Os benefícios previstos neste artigo não se aplicam:

(...)



II - ao investidor domiciliado em jurisdição de tributação favorecida, nos termos do disposto nos art. 24 da Lei nº 9.430, de 1996.”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória pretende restringir o benefício da alíquota zero de imposto de renda retido na fonte previsto pela Lei nº 11.312/06 aos investidores não residentes que não sejam residentes ou domiciliados em país com tributação favorecida ou beneficiários de regime fiscal privilegiado, nos termos do disposto nos art. 24 e art. 24-A da Lei nº 9.430/96. Do mesmo modo, pretende restringir a aplicação do benefício da alíquota zero para determinados investimentos, introduzido pelo artigo 3º, aos investidores estrangeiros que não sejam residentes em país com tributação favorecida ou beneficiário de regime fiscal privilegiado, nos termos do disposto nos art. 24 e art. 24-A da Lei nº 9.430/96.

É o que estabelece o § 6º incluído no artigo 3º da Lei nº 11.312/06 pelo artigo 2º e o inciso II do § 9º do artigo 3º da Medida Provisória. Ambos dispositivos excetua do benefício fiscal os investidores residentes em jurisdições de tributação favorecida, em linha com a exceção que já existe hoje na lei, mas fazem também uma referência indevida aos beneficiários de regime fiscal privilegiado (conceito aplicável exclusivamente no contexto das regras de preços de transferência e subcapitalização) e ao artigo 24-A da Lei nº 9.430/96 (que traz tal conceito), quando deveriam mencionar apenas o artigo 24 daquela lei (que traz o conceito de jurisdição de tributação favorecida).

No que se refere ao impacto desta inclusão pela Medida Provisória no contexto da Lei nº 11.312/06, tal pode trazer impactos adversos ao apelo dos fundos de investimento brasileiros perante os investidores estrangeiros, bem como à segurança jurídica dos fundos globais que aqui já investem e que, desde 2006 nunca estiveram sujeitos a esta restrição, motivo pelo qual o aprimoramento que esta emenda propõe é de suma importância para resguardar a segurança jurídica na aplicação da norma tributária.

Vale notar que os diferentes dispositivos legais que tratam do regime tributário específico do investidor não-residente, incluindo o benefício previsto na Lei nº 11.312/06 (art. 3º, § 1º, inciso III) sempre condicionaram a

*
0
0
8
8
8
8
4
6
2
2
0
0
C
D
2
2
0
6
4
8
8
9
8
0
0
*



aplicação dos respectivos benefícios fiscais a não residência do investidor em jurisdições de tributação favorecida, mas em nenhum momento tais dispositivos excetuam sua aplicação aos investidores beneficiários de regimes fiscais privilegiados previstos no artigo 24-A da Lei nº 9.430/96.

Há uma razão para isso. Os fundos globais cujo capital pretende-se atrair para o mercado brasileiro geralmente investem por veículos que são transparentes para fins fiscais, justamente para concentrar a tributação no nível dos investidores de tais fundos nas suas respectivas jurisdições (como ocorre com os fundos constituídos no Brasil, que são isentos de tributação em sua carteira, sendo os tributos devidos no nível dos investidores). Justamente por essa razão é que a legislação tributária atual não condiciona o tratamento fiscal aplicável aos investidores não residentes (incluídos os fundos globais que investem no Brasil), aos seus respectivos regimes tributários, mas simplesmente a jurisdição em que incorporados.

Os regime fiscais privilegiados são tipicamente utilizados para evitar o deslocamento artificial de lucros que deveriam ser tributados no Brasil em operações realizadas pelo contribuinte com pessoas no exterior vinculadas ou que gozem de um regime tributário que possa propiciar a alocação artificial de receitas de modo a erodir a base tributável no Brasil. Nesse contexto, faz sentido entender não somente a jurisdição em que a pessoa com quem a transação abarcada pelas regras reside, mas também o regime tributário específico a que ela está sujeita, diferentemente do que ocorre com os investimentos estrangeiros no País em que essa questão não se coloca.

Os regimes fiscais privilegiados são definidos por conceitos subjetivos e listados em uma instrução normativa editada pela Receita Federal do Brasil e que pode ser atualizada a qualquer tempo, com a supressão e inclusão de novos regimes, por meio de um ato unilateral da própria autoridade fiscal – atualmente, a lista pode ser encontrada na Instrução Normativa nº 1.037 de 2010. Por esse motivo, os investidores estrangeiros poderiam ser surpreendidos a qualquer instante por um ato infra-legal que resultaria em incerteza jurídica em grau incompatível com estratégias de investimentos realizados mirando o retorno no médio e longo prazo.

Do ponto de vista operacional é inviável para os custodiantes dos investidores estrangeiros a implementação dos controles necessários para confirmar as características dos regimes fiscais privilegiados que incluem, por



exemplo, a ausência de “atividade econômica substantiva” nos casos das holdings domiciliadas na Dinamarca, Austria e Países Baixos.

Essa complexidade também pode ser encontrada, em relação aos Estados Unidos da América, no regime aplicável às LLC que demandaria do custodiante a verificação do local de residência de seus membros, da atividade executada pela LLC e de seu regime fiscal.

Outro exemplo da complexidade que seria imposta para a operacionalização da regra, pode ser constatado, em relação ao caso da Suíça, que demandaria do custodiante a identificação dos seguintes aspectos:

“regimes aplicáveis às pessoas jurídicas constituídas sob a forma de holding company, domiciliary company, auxiliary company, mixed company e administrative company cujo tratamento tributário resulte em incidência de Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), de forma combinada, inferior a 20% (vinte por cento), segundo a legislação federal, cantonal e municipal, assim como o regime aplicável a outras formas legais de constituição de pessoas jurídicas, mediante rulings emitidos por autoridades tributárias, que resulte em incidência de IRPJ, de forma combinada, inferior a 20% (vinte por cento), segundo a legislação federal, cantonal e municipal.” (IN 1037, art. 2º, X)

Mais um exemplo, entre tantos que poderiam ser citados, seria a caracterização de regimes específicos de Singapura como privilegiados, que demandaria do custodiante conhecer intimamente as características do investidor e classificá-lo entre uma das 20 hipóteses previstas na regra.

Tais complexidades caminhariam em sentido inverso ao pretendido pela Medida Provisória, afastando os investidores destas jurisdições, em função da inviabilidade de seus custodiantes adotarem controles suficientes para a sua classificação ou não como regime fiscal privilegiado.

Imagine-se o caso do investidor de private equity que tipicamente investe por ciclos longos até que possa monetizar seu retorno e que, às vésperas de um desinvestimento, venha a ser supereendido com a sua inclusão como regime fiscal privilegiado, impactando diretamente o retorno de seu investimento.



De igual forma, a mesma insegurança jurídica certamente contarminará o novo benefício dado ao investidor que queira investir nos valores mobiliários de que trata o artigo 3º da Medida Provisória, para quem a possibilidade de alteração da lista de regimes fiscais privilegiados implicaria em um grau de insegurança jurídica igualmente inaceitável.

Desta maneira, propõe-se a presente emenda para retirar a referência ao conceito de regimes fiscais privilegiados e ao artigo 24-A da Lei nº 9.430/96 do citado § 6º do artigo 2º e inciso II do § 9º do artigo 3º para evitar a insegurança jurídica na aplicação das regras e manter a atratividade dos fundos de investimento em participação previstos pela Lei nº 11.312/06 perante os fundos globais, bem como dos títulos que se pretende incentivar mediante a alíquota zero introduzida pelo artigo 3º.

Sala das Sessões, em de de 2022.

Deputado HEITOR FREIRE
UNIÃO/CE



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.137, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Altera a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dispõe sobre a redução a zero das alíquotas do imposto sobre a renda de beneficiário residente ou domiciliado no exterior nas operações que especifica.

EMENDA Nº XX

Acrescentem-se os seguintes artigos à Medida Provisória 1.137, de 22 de setembro de 2022:

“Art. XX - Aplica-se o disposto no art. 1.368-E da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), à cada classe de cotas de fundos de investimentos constituída nos termos do inciso III do art. 1.368-D da referida lei e da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.”

“Art. XX - A tributação de fundos de investimento que constituírem classes de cotas nos termos do inciso III do art. 1.368-D da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários, incidirá exclusivamente sobre cada classe de cota, de acordo com a sua respectiva composição e o regime tributário aplicável, nos termos da legislação tributária em vigor e da regulamentação da Secretaria da Receita Federal.”

JUSTIFICAÇÃO

A Lei de Liberdade Econômica (“LLE”), que alterou o Código Civil, introduziu o marco legal aos fundos de investimento e trouxe diversas possibilidades,



dentre elas, (i) a criação de classes de cotas com direitos e obrigações distintos, permitindo a construção de patrimônio segregado para cada classe; (ii) a limitação da responsabilidade de cada cotista ao valor de suas cotas; e (iii) a separação perfeita entre os bens, direitos e obrigações relativas ao patrimônio de cada classe, restando claro que a afetação será tão somente pelas obrigações vinculadas à esta.

Neste cenário, considerando que cada classe de cotas será objeto de pedido de funcionamento e terá registro individual e CNPJ próprio, entendemos que a separação patrimonial das classes de cotas em relação às demais classes deva ser respeitada, seja (i) na ocorrência de eventual insolvência, sem que tal ato contamine as demais classes cujos patrimônios são segregados, seja (ii) na tributação de cada classe, que poderá ter composição e, consequentemente, classificação tributária distinta das demais classes do mesmo fundo.

A ausência de legislação específica sobre estes pontos, que não constaram da LLE, impede, na prática, a constituição da estrutura de classe de cotas para fundos de investimento, afastando a evolução trazida pela LLE e que está prestes a ser regulamentada pela Comissão de Valores Mobiliários.

Sala das Sessões, em de de 2022.

Deputado HEITOR FREIRE
UNIÃO/CE



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.137, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Altera a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dispõe sobre a redução a zero das alíquotas do imposto sobre a renda de beneficiário residente ou domiciliado no exterior nas operações que especifica.

EMENDA Nº XX

(Do Sr. Heitor freire)

Dê-se a seguinte redação a alínea 'b', inciso II, §6º, do artigo 3º da Medida Provisória 1.137, de 22 de setembro de 2022:

“Art. 3º

(...)

§ 6º O disposto neste artigo aplica-se:

(...)

II - às cotas de fundos de investimento que invistam exclusivamente e em qualquer proporção:

(...)

b) em ativos, incluindo as ações negociadas em bolsa, que produzam ganhos e rendimentos ao investidor de que trata este artigo sujeitos a isenção, alíquota zero ou não incidência do imposto sobre a renda;

(...)

e) depósito à vista.”



JUSTIFICAÇÃO

A redação da alínea 'b', inciso II, §6º, do art. 3º, merece aprimoramento, em benefício da segurança jurídica, para esclarecer a sua abrangência aos ganhos e rendimentos de ativos não sujeitos ao imposto sobre a renda, seja em função de isenção, alíquota zero ou não incidência. Deste modo, se faz necessário o ajuste para trazer segurança jurídica e evitar que a interpretação restritiva de benefícios tributários não abarque o objetivo da regra deixando de beneficiar grande parte dos ativos listados na própria MP. Há necessidade de esclarecimento em relação a “ações” e “depósito à vista”, em linha com a permissão disposta no art. 97, §1º e §2º, da Lei 12.973, que trata de fundos com ativos isentos para não residentes.

Sala das Sessões, em de de 2022.

Deputado HEITOR FREIRE
UNIÃO/CE





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.137, DE 2022.

Autor Deputado Zé Silva	Partido Solidariedade
--	--

1. Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. x Aditiva

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se à Medida Provisória 1.137, de 22 de setembro de 2022, altera a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dispõe sobre a redução a zero das alíquotas do imposto sobre a renda de beneficiário residente ou domiciliado no exterior nas operações que especifica:

A Medida Provisória nº 1.137, de 2022, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. O direito minerário, inclusive o alvará de autorização de pesquisa, a concessão de lavra, o licenciamento, a permissão de lavra garimpeira, bem como o direito persistente após a vigência da autorização de pesquisa e antes da outorga da concessão de lavra, reconhecido com base no Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, podem ser onerados e oferecidos em garantia.

Parágrafo único. O órgão regulador da atividade minerária, em consonância com o inciso XXXI do caput do art. 2º da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, efetuará as averbações decorrentes do uso previsto no caput deste artigo.

.....” (NR)



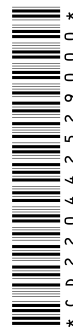
JUSTIFICAÇÃO

A O Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, em seu artigo. 55, §1º, estabelece a possibilidade de oneração dos direitos minerários após a averbação e dispõe sobre os requisitos básicos para sua efetivação. Ocorre que este artigo foi interpretado pela Consultoria Geral da União como autorizativo da oneração e oferecimento em garantia apenas da concessão de lavra, não se aplicando à autorização de pesquisa, conforme se constata da Nota DECOR/CGU/AGU/nº 013/2009-PCN, aprovada pelo DESPACHO DECOR/CGU/AGU N.º 010/2007 - JD, pelo Despacho do Consultor-Geral da União nº 692/200 e pelo Parecer nº JT - 05, vinculantes no âmbito da Administração Pública a partir da aprovação presidencial e da publicação no Diário Oficial da União em 09 de julho de 2009.

Recentemente, esse entendimento foi reiterado pela Consultoria-Geral da União por meio do PARECER n. 00043/2021/DECOR/CGU/AGU, o que frustrou a tentativa da Agência Nacional de Mineração de regulamentar o tema e ampliar assim o caminho para a captação de recursos destinados à mineração no Brasil. Ampliar a capacidade de financiamento das empresas de exploração mineral é fundamental para o setor, já que é uma atividade de alto risco e demanda capital intensivo.

A oneração do direito minerário, especialmente de autorização de pesquisa, permitirá a diversificação de formas de financiamento e investimentos, para incentivar o desenvolvimento de novos projetos de mineração. A fase de pesquisa é o momento em que o interessado realiza a exploração mineral com o fito de identificar uma jazida mineral, sendo uma atividade de alto risco, o qual é assumido única e exclusivamente pelo detentor do título.

Assim, a captação de recursos na fase de pesquisa visa à identificação de novos depósitos minerais e a consequente abertura de novas minas, diversificando a



indústria mineral brasileira, atualmente responsável por 2,5% do PIB.

A experiência internacional nos demonstra o interesse de mercado exercido por agentes investidores e financiadores que aportam recursos a projetos nessa fase de pesquisa. Para isso, os agentes demandam que a contratação dos financiamentos contemple estrutura de garantias e mitigadores de risco negociada com os detentores de direitos minerários, que incluem a oneração desses direitos. Dessa forma, a restrição atual, impõe limitação à viabilização de acordos de financiamento e à elevação dos investimentos em pesquisa mineral no Brasil.

Por todo o exposto, solicito o acolhimento da emenda.



Dep. Zé Silva
Solidariedade/MG



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.137, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Altera a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dispõe sobre a redução a zero das alíquotas do imposto sobre a renda de beneficiário residente ou domiciliado no exterior nas operações que especifica.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o Inciso II do art. 3 da Medida Provisória 1.137, de 22 de setembro de 2022:

Art. 3: Reduz a zero alíquota do imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos nas aplicações de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior produzidos por:

II - fundos de investimento em direitos creditórios, regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários, ~~cujos~~ ~~originador ou cedente da carteira de direitos creditórios não~~ ~~seja instituição financeira nem demais instituições autorizadas~~ ~~a funcionar pelo Banco Central do Brasil.~~

JUSTIFICAÇÃO

No Brasil, recupera-se apenas 14,6% do valor dado em crédito com garantia no Brasil, contra 85,3% no Reino Unido, 81,8% nos Estados Unidos¹. A sistemática atual da acessoriedade das garantias à operação de crédito, em regra, restrita cada uma delas a apenas uma operação de crédito, independentemente de o saldo devedor ser consideravelmente inferior ao valor da garantia, tem como consequência a sua **subutilização**. Assim, um bem dado em garantia que valha R\$ 1 milhão pode estar assegurando um crédito, por exemplo, somente 10% do seu valor. Ou seja, há uma grande parte “represada” — que não poderá ser utilizada em outra operação de crédito com outra instituição financeira.

O formato proposto pela MP 1.137/2022, ao estabelecer as instituições gestoras de garantia (“**IGG**”), permite que a **mesma garantia possa ser utilizada para** [1https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/06/03/aprovado-na-camara-marco-legal-das-garantias-de-emprestimos-ja-esta-no-senado](https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/06/03/aprovado-na-camara-marco-legal-das-garantias-de-emprestimos-ja-esta-no-senado)

* C D 2 2 7 3 2 6 5 8 1 0 0 *



quantos créditos nela couberem, sem que sejam necessariamente providos pela instituição financeira credora inicial. Adicionalmente, dispõe sobre a alíquota do imposto sobre a renda sobre os rendimentos pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior.

Nesse sentido, a **MP 1.137/2022 dá importantes passos para aprimorar as regras de garantias e tem potencial para baratear a concessão de crédito no Brasil**. Com isso em mente, são propostas algumas mudanças para alcançar um resultado ainda mais proveitoso.

I. SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Os Fundos de Investimento em Direito Creditórios ("**FIDCs**") têm potencial para fomentar o desenvolvimento econômico no país, pois impulsionam **as operações de Instituições Financeiras ("IFs") e de Pagamento ("IPs")** e, conseqüentemente, ampliam a liquidez dada ao varejo brasileiro, otimizando seu fluxo de caixa;
2. Em um cenário de alta taxa de juros, de recuperação econômica da pandemia e de carência de crédito e de garantias no Brasil, **a desoneração fiscal dos FIDCs cujos originadores ou cedentes sejam Instituições Financeiras e de Pagamento pode levar ao crescimento das suas operações e, como efeito indireto, ao barateamento e competitividade da oferta de crédito;** e
3. Com a alteração aqui proposta, o novo Marco Legal de Garantias será revolucionário na economia brasileira, na medida em que amplia a utilização de garantias, promove a concorrência e facilita a atuação de *fintechs* no mercado de crédito, podendo vir a reduzir o custo de crédito para varejistas.

II. IMPORTÂNCIA DOS FIDCs PARA A CONCESSÃO DE CRÉDITO A VAREJISTAS

Os FIDCs são veículos criados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para securitização de créditos e têm sido utilizados em diversas modalidades e estruturas, com enorme sucesso e impacto positivo para o desenvolvimento econômico do país.

Os FIDCs são atualmente um dos principais veículos de securitização brasileiro, capaz de direcionar recursos para uma série de setores da economia e ampliar as

* C D 2 2 7 3 2 6 5 8 1 0 0 *



oportunidades e competição também no mercado de crédito. Os FIDCs têm como vantagens **(i)** a rentabilidade, pois tem capacidade de oferecer uma taxa atrativa para investidores, sendo, inclusive, considerado como ativo de renda fixa; e **(ii)** a segurança, visto que agências de rating avaliam seu risco e atribuem *ratings* próprios a depender da estrutura da operação e, normalmente, têm como cotistas subordinados instituições reguladas ou supervisionadas, que acabam sendo objeto de supervisão e fiscalização².

Em 2021, foram emitidas cotas de FIDCs que totalizaram mais de R\$ 100 bilhões, montante 41,1% superior ao ano anterior. Esse mercado tem se expandido de forma crescente, contribuindo para o fomento do mercado de capitais e a ampliação do subsídio às operações de IPs e IFs, conferindo liquidez a clientes e maior circulação de capital de giro³.

Isso porque os FIDCs, ao adquirirem direitos creditórios, são o principal mecanismo para custeio das operações das **entrantes no mercado financeiro, seja para a realização de antecipação de obrigações ou aquisição de crédito**, e constituem, assim **fundamento essencial para a oferta de liquidez aos varejistas e estímulo ao empreendedorismo brasileiro**.

Quando comparado a outros países, **o Brasil possui volume reduzido de crédito disponível**, representando, em média, apenas 35,23% do PIB brasileiro enquanto no Reino Unido, por exemplo, corresponde a mais de 131% do seu PIB. Como consequência, o acesso a crédito se torna mais custoso para os empreendedores, muitas vezes inviabilizando a rentabilização do capital no negócio. A título ilustrativo, note-se que, ao se comparar os juros praticados no Brasil de 1998 a 2001 chega-se a uma média de 60,96%, contra 5,48% nos Estados Unidos.⁴

Esse cenário piorou com a pandemia da Covid-19 e com o atual cenário de alta dos juros. Mais que nunca, **capital de giro é essencial para a manutenção do ambiente produtivo no Brasil e o crédito exerce papel fundamental para fomento da economia brasileira**. É por meio dele que varejistas brasileiros, em especial pequenos e médios empreendedores, conseguirão sobreviver e sustentar seu crescimento – e os FIDCs são veículo de extrema importância para viabilizar esse cenário.

²<https://lp.uqbar.com.br/anuarios2022/fidc.php#:~:text=Mercado%20prim%C3%A1rio%20de%20FIDCs%20encerra,valor%20consolidado%20do%20ano%20anterior>

³ Ibid.

⁴ https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2004/trabalhos/inic/pdf/IC6-5.pdf



Com isso em mente, em prol do fomento à concessão de crédito barato no Brasil, entende-se ser benéfico que também os **FIDCs, cujo originador ou cedente da carteira de direitos creditórios seja instituição financeira ou demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, gozem da isenção fiscal proposta na MP 1.137/2022.**

III. CONCLUSÃO

Por esses fundamentos, propõe-se a realização de ajustes no inciso II do art. 3 da MP 1.137/2022, de modo a suprimir o trecho mencionado.

Sendo o que servia para o momento, agradecemos a oportunidade de se manifestar e se coloca à inteira disposição do BCB para prestar esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Sala das Sessões _____

Deputado Heitor Freire (UNIÃO/CE)



§ 3º. Aplica-se ao disposto no caput deste artigo, § 1º e § 2º o caráter interpretativo de que trata o art. 106 do Código Tributário Nacional – CTN – Lei nº 5.172/1966, com aplicação retroativa à data da lei interpretada.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória promove ajustes na legislação tributária federal, que envolve matéria tributária, tendo *afinidade* com a presente Emenda, que trata de contribuições PIS/Pasep e COFINS. Essa *afinidade* encontra respaldo no artigo 7º, II, da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, pois ambas as proposições compreendem a mesma matéria, na acepção do art. 48, *caput* e inciso I, CF.

O critério de *afinidade* que confere a devida legitimidade à emenda parlamentar encontra respaldo em recente manifestação do SENADO FEDERAL, perante o E. STF, nos autos da ADI 6.399/DF, onde afirmou que: *"A pertinência temática não se confunde com identidade de objeto, porque, se assim fosse, esvaziaria sobremaneira as possibilidades de emenda e de deliberação pelos parlamentares. A pertinência temática abrange todo o conteúdo que diz respeito diretamente ao objeto, que tem afinidade com o objeto ou que com ele se relaciona por uma relação lógica ou causal. É, portanto, um conceito mais amplo."*

A presente Emenda não cria qualquer novo benefício fiscal, restringindo-se exclusivamente na adequação (dúvida) de dispositivo de lei que, no caso, o artigo 8º da Lei 10.925/04.

Essa Emenda visa esclarecer a "interpretação" a ser dada ao conceito de "produção" adotado pelo legislador na redação do *caput* do art. 8º da Lei 10.925/2004 em relação aos produtos classificados no capítulo 12 da NCM (soja em grãos).

Para tanto, é necessário compreender que com o propósito legislativo de fomentar a produção agropecuária, o *caput* do artigo 8º da Lei 10.925/2004 concedeu crédito presumido de PIS/Pasep e COFINS às pessoas jurídicas, inclusive cooperativas, que produzam mercadorias de origem animal e vegetal, destinadas à alimentação humana ou animal, adquiridos de pessoas físicas ou recebidos cooperados pessoas físicas.



A redação deste dispositivo legal definiu, expressamente, quais mercadorias produzidas tem direito ao crédito presumido: carnes bovina; suína, aves; ovelhas (NCM capítulo 2); carnes de peixes (NCM capítulo 3); Leite e derivados (NCM capítulo 4); Laranja, uva, maçã, cacau, bananas e frutas em geral (NCM capítulo 8); Café (NCM capítulo 9); Milho, trigo, arroz, aveia, cevada e cereais em geral (NCM capítulo 10); **Soja (NCM capítulo 12)**; Óleo de soja (NCM capítulo 15) e Farelo de soja (NCM capítulo 23).

Todos os setores acima fluíram regularmente do benefício, à exceção das pessoas jurídicas e cooperativas dedicadas à produção e beneficiamento de soja em grãos (NCM 12), em razão de uma interpretação distorcida do conceito legal de “produção” posto no *caput* do art. 8º da Lei 10.925/2004.

Visando demonstrar qual era a intenção do legislador, essa Emenda Aditiva estabelece que, para efeito de interpretação, o conceito de produção não se confunde com o conceito de industrialização (transformação), esclarecendo que a produção (beneficiamento) da soja, através do processo de secagem de grãos, que é necessário para viabilizar o consumo humano ou animal, enquadra-se na regra do *caput* do art. 8º da Lei 10.925/2004. Prevê ainda que essa hipótese se aplica também às cooperativas que exerçam tais atividades.

O fomento à produção agropecuária, por meio de instituição de política agrícola, tal como é o espírito da Lei 10.925/2004, encontra suporte na Constituição Federal.

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VIII - **fomentar a produção agropecuária** e organizar o abastecimento alimentar;

Art. 187. A **política agrícola** será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do **setor de produção**, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

I - os instrumentos creditícios e fiscais;

À época da Lei 10.925/2004, o legislador poderia perfeitamente ter adotado a expressão “industrialização” para designar a atividade necessária



para a fruição do benefício. Mas não o fez, intencionalmente, pois estava elaborando política abrangente voltada à produção agropecuária, que sempre foi vital para o desenvolvimento econômico brasileiro.

Essa dúvida quanto à correta interpretação não pode persistir, pois penaliza, injustamente, milhares de produtores rurais, organizados através de cooperativas, e inúmeras pessoas jurídicas, que se dedicaram ao beneficiamento completo da soja, muito além da simples revenda de soja *in natura* (insumos impróprios ao consumo humano ou animal), o que certamente caracteriza a produção de mercadoria classificada na NCM 12.

Idêntica iniciativa já foi aprovada por esse Parlamento, ao acrescentar os §§ 6º e 7º ao *caput* do artigo 8º da Lei 10.925/2004.

§ 6º Para os efeitos do *caput* deste artigo, **considera-se produção**, em relação aos produtos classificados no código 09.01 da NCM, o exercício cumulativo das atividades de padronizar, **beneficiar**, preparar e misturar **tipos de café** para definição de aroma e sabor (blend) ou separar por densidade dos **grãos**, com redução dos tipos determinados pela classificação oficial. [\(Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004\)](#)

§ 7º O disposto no § 6º deste artigo aplica-se também às cooperativas que exerçam as atividades nele previstas. [\(Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004\)](#)

A proposição é especialmente relevante e urgente no contexto atual, pois a indefinição desta correta interpretação ao longo do tempo vem trazendo verdadeira instabilidade para as empresas e cooperativas de produção de soja, que assumiram despesas de beneficiamento - visando tornar a mercadoria *própria ao consumo humano e animal*, como exigido no comércio internacional desta *commodity* -, mas não alcançam a efetividade decorrente dos comandos de imunidade da receita de exportação e da própria não-cumulatividade.

Como resultado disso, uma parcela de empresas e cooperativas de produção de soja estão sendo penalizadas, até hoje, pela não recuperação dos custos incidentes ao longo da cadeia. Esse cenário é completamente contrário ao esforço do País de prestigiar e proteger as exportações.

AUSÊNCIA DE IMPACTO FINANCEIRO NO ORÇAMENTO



Essa proposição não cria nenhum benefício fiscal novo. Logo, não resulta em impacto financeiro que caracterize renúncia de receita ou aumento de despesa. O crédito presumido em questão existe e teve sua repercussão financeira devidamente mensurada quando da edição da Lei 10.925/04, tanto que uma parcela de empresas e cooperativas, *individualmente*, vem obtendo o direito de aproveitamento.

Por todo o exposto, a proposição legislativa de norma interpretativa guarda compatibilidade com a regra constitucional - imunidade tributária sobre as receitas de decorrentes de exportação, prevista no § 2º do art. 149 da CF/88 (Constituição República Federativa do Brasil) - e encontra suporte no próprio sistema de não-cumulatividade das Contribuições de PIS/PASEP e COFINS, bem como nos comandos constitucionais de fomento à produção agropecuária (art. 23, VIII e art. 187, I), submeto à consideração dos demais Parlamentares esta Emenda Aditiva, com a expectativa de contar com o apoio necessário para sua aprovação.

Sala das Sessões, 26 de setembro de 2022.

Deputado **JERÔNIMO GOERGEN**





MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.137, DE 2022

Altera a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dispõe sobre a redução a zero das alíquotas do imposto sobre a renda de beneficiário residente ou domiciliado no exterior nas operações que especifica.

EMENDA Nº

(Do Sr. Deputado Rodrigo Agostinho – PSB/SP)

Inclua-se onde couber a alteração do art. 79 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 79. O investimento feito por investidores residentes ou domiciliados no exterior nos mercados financeiros e de valores mobiliários será realizado no país por intermédio de representante legal, que será responsável, nos termos do art. 128 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966) pelo cumprimento das obrigações tributárias decorrentes das operações que realizar por conta e ordem do representado.

§ 1º O representante legal de que trata o *caput* poderá ser, à escolha do investidor representado:

- a) instituição autorizada a prestar tal serviço pela Comissão de Valores Mobiliários, com base em política definida pelo Conselho Monetário Nacional, nos termos do art. 8º, inc. I, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976; ou
- b) procurador residente ou domiciliado no Brasil, nomeado pelo investidor representado perante a instituição de que trata a alínea anterior.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS***Deputado Federal Rodrigo Agostinho*

§ 2º Compete à Comissão de Valores Mobiliários disciplinar a forma do cadastro do procurador nos termos da alínea b) do § 1º, hipótese em que a responsabilidade tributária nos termos do art. 128 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966) aplica-se somente ao procurador.

§ 3º Compete à Receita Federal do Brasil disciplinar a forma de cumprimento das obrigações acessórias relativas às operações previstas no caput deste artigo, seja pelo representante legal ou pelo próprio investidor representado, podendo também dispensar ou estabelecer procedimentos simplificados para determinadas categorias de investidores.

§ 4º Cabe à Comissão de Valores Mobiliários e à Receita Federal do Brasil, no âmbito de suas respectivas competências, disciplinar:

- a) como deverá ser feita a transição dos investimentos de investidor residente ou domiciliado no Brasil para a condição de investidor residente ou domiciliado no exterior, e vice-versa; e
- b) quais os requisitos a serem atendidos para gozo do regime tributário previsto no art. 78 desta Lei ou do regime tributário previsto nos arts. 80 a 82 desta Lei em conjunto com o art. 16 da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001." (NR)

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória nº 1.137, de 21 de setembro de 2022, tem por objetivo “ampliar o acesso de empresas brasileiras a capital estrangeiro” e conferir tratamento isonômico de alíquotas para investimentos em ativos de renda fixa e de renda variável para investidores estrangeiros”.

Os investidores pessoas físicas que sejam residentes ou domiciliados no exterior querendo investir no Brasil, ou que tenham passado a essa condição mantendo investimentos financeiros no Brasil e queiram preservá-los, atualmente encontram dificuldades para cumprimento das obrigações pertinentes, atualmente disciplinadas em nível infralegal pelos seguintes normativos:

- Instrução Normativa RFB nº 1.585, de 31 de agosto de 2015, Capítulo III, no âmbito da Receita Federal;
- Resolução CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, no âmbito do Conselho Monetário Nacional;



**CÂMARA DOS DEPUTADOS***Deputado Federal Rodrigo Agostinho*

- Resolução CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020, no âmbito da Comissão de Valores Mobiliários.

A regulamentação da Receita Federal faz distinção entre investidores sujeitos ao “regime geral” e “regime especial”, conforme o tratamento tributário a que estão sujeitos. Referida distinção não é realizada pelas demais normas no âmbito do Conselho Monetário Nacional e da Comissão de Valores Mobiliários. Em razão dessa divergência no tratamento por cada ente responsável, os requisitos do Conselho Monetário Nacional e da Comissão de Valores Mobiliários vem sendo tratados indistintamente a todas as categorias de investidores, impondo custos de conformidade elevados para investidores de pequeno porte.

Mais recentemente, os requisitos regulatórios para os investidores pessoas físicas não residentes foram reduzidos pelo Conselho Monetário Nacional e da Comissão de Valores Mobiliários, sem que tenha havido mudança no comportamento de instituições financeiras e corretoras de títulos e valores mobiliários.

A principal diferença de tratamento para o investidor residente ou domiciliado no exterior está na atribuição da responsabilidade tributária prevista pelo art. 79 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, objeto da presente Emenda. Nele, uma instituição autorizada pelo Poder Executivo aceita a responsabilidade tributária pelo tributo devido pelo investidor residente ou domiciliado no exterior, situação inexistente para os demais investidores.

Em que pese o objetivo de proteger a arrecadação tributária, a previsão atual tem tido, por efeito prático, que a maior parte dos agentes de mercado prefira não aceitar como clientes investidores de menor porte que passem à condição de residentes ou domiciliados no exterior.

A redação atual do art. 79 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995 permite, em seu § 2º, que o Poder Executivo exclua determinadas categorias de investidores da obrigatoriedade prevista naquele dispositivo. Na prática, porém, essa dispensa jamais foi criada. A Receita Federal do Brasil já se manifestou, por meio do Ofício no 85/2021 – SUTRI/RFB, no sentido que a alteração da responsabilidade tributária nos termos do artigo 128 do Código Tributário Nacional exige lei ordinária, o que não pode ser realizado por ato infralegal. Nesses termos, a medida apenas seria possível para dispensar deveres instrumentais do responsável tributário (obrigações acessórias).

A Emenda pretende resguardar o objetivo do Fisco, dando mais liberdade ao investidor para nomear seu representante legal no Brasil, podendo inclusive este ser um procurador pessoa física, a exemplo do que já ocorre para



**CÂMARA DOS DEPUTADOS***Deputado Federal Rodrigo Agostinho*

outros rendimentos de fonte brasileira auferidos por residentes ou domiciliados no exterior.

A Emenda também procura disciplinar de maneira mais clara as competências normativas da Receita Federal do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários, em vez de simplesmente atribuir ao Poder Executivo uma competência genérica. Desta forma, permite-se que sejam eliminados os obstáculos regulatórios que hoje prejudicam a realização de investimentos estrangeiros no mercado financeiro e de capitais no Brasil.

Deputado RODRIGO AGOSTINHO
PSB/SP





MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.137, DE 2022

Altera a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dispõe sobre a redução a zero das alíquotas do imposto sobre a renda de beneficiário residente ou domiciliado no exterior nas operações que especifica.

EMENDA Nº

(Do Sr. Deputado Rodrigo Agostinho – PSB/SP)

Modifique-se o § 6º do art. 3º da lei nº 11.312, de 2006 e o inciso II, do §9º do artigo 3º da Medida Provisória nº 1.137, para vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. A Lei nº 11.312, de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 3º (...)

(...)

§ 6º O disposto neste artigo não se aplica ao cotista que seja residente ou domiciliado em país com tributação favorecida, nos termos do disposto no [art. 24 da Lei nº 9.430, de 1996.](#)” (NR)

Art. 3º (...)

§ 9º (...)

II - ao investidor domiciliado em jurisdição de tributação favorecida, nos termos do disposto no [art. 24 da Lei nº 9.430, de 1996.](#)” (NR)

JUSTIFICATIVA

Os Fundos de Investimento em Participações (FIP) são utilizados por grandes fundos internacionais de private equity para investimentos em companhias fechadas brasileiras. Atualmente, há uma isenção de IRRF no art. 3º da Lei 11.312



**CÂMARA DOS DEPUTADOS***Deputado Federal Rodrigo Agostinho*

para investidores estrangeiros em FIP que cumpram determinados requisitos e estejam fora de jurisdição que não tributa a renda, ou que a tributa à alíquota de até 20%, geralmente equiparada a jurisdição de tributação favorecida do art. 24 da Lei 9.430, com listagem de países no art. 1º da IN RFB 1.037. Esse é o conceito de “paraíso fiscal”.

A Medida Provisória nº 1.137 inova ao colocar, na **exceção** da isenção, os investidores localizados em regimes fiscais privilegiados, que é um conceito mais amplo, do art. 24-A da Lei 9.430. A lista de regimes fiscais privilegiados consta do art. 2º da IN RFB 1.037¹ e inclui determinadas limited liability companies (LLC) dos Estados Unidos, além de certas empresas de outros parceiros comerciais importantes do Brasil, como o Uruguai, Espanha e Holanda.

Na prática, muitos FIP têm LLC’s americanas como investidores. O efeito de passar a excluir essas empresas da isenção é de tributar estruturas que, até o momento, são isentas de tributação – exatamente o contrário do efeito pretendido pelo governo federal.

A presente emenda visa corrigir esse problema, mantendo a exclusão da isenção somente para os investidores em jurisdição de tributação favorecida, do art. 24 da Lei 9.430, e não em regimes fiscais privilegiados, do art. 24-A.

Assim, visando proporcionar maior eficiência na atração de investimentos estrangeiros, contamos com os nobres pares para aprovar a presente emenda.

Deputado RODRIGO AGOSTINHO
PSB/SP

1 <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=16002>





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1137 DE 2022.

Inclua-se, onde couber, na MPV nº 1137, de 2022, a alteração no art. 8º da Lei 10.925, de 23 de julho de 2004, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 8º.

§ 11º A pessoa jurídica que até o final de cada trimestre-calendário não conseguir utilizar o crédito presumido apurado nos termos deste artigo, relativamente aos produtos classificados nos códigos 11.01 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), poderá:

I - efetuar a sua compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, observada a legislação específica aplicável à matéria; ou

II – solicitar seu ressarcimento em espécie, observada a legislação específica aplicável à matéria.

§ 12 O saldo acumulado dos créditos presumidos de que trata este artigo, já existente na data de entrada em vigor da lei que permitir o ressarcimento e compensação de tais créditos ao final de cada trimestre-calendário, poderá ser compensado nos termos dos parágrafos antecedentes.”(NR)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil está enfrentando uma crise sanitária global sem precedentes com impactos em todos os setores, em especial na saúde e na economia. Não obstante essa enorme dificuldade, o agronegócio brasileiro é um exemplo de eficiência, uso de tecnologia de ponta e, além disso, tem contribuído diretamente para o crescimento do Produto Interno Brasileiro (PIB). A título de exemplo, cita-se que o país é o 4º maior produtor de grãos (arroz, cevada, soja, milho e trigo) do mundo e o segundo maior exportador de grãos, com 19% do mercado internacional.

Com efeito, cabe ao Parlamento ficar atento aos desequilíbrios e às injustiças tributárias, como a que explico a seguir, em relação à indústria do trigo, item da cesta básica de todos os brasileiros, imprescindível à subsistência humana.

Cabe salientar que a Constituição Federal estabelece o dever estatal de fomentar as atividades agrícolas, inclusive com instrumentos creditícios e fiscais (art. 187, I). Nesse contexto, é sabido que o crédito presumido de PIS/PASEP e de COFINS, instituído pela Lei nº 10.925/2004, em seu artigo 8º, por ser passível de dedução (compensação) apenas com débitos de PIS/PASEP e de COFINS, o crédito presumido não tem tido qualquer valia para as empresas brasileiras que atuam, exclusivamente, **na industrialização e comercialização de trigo, classificado na posição 11.01, da TIPI.**

A situação gera um desequilíbrio entre as empresas que apenas industrializam e comercializam os produtos da posição 11.01, da TIPI, e aquelas que, além desses, industrializam e comercializam outros produtos, cuja venda é tributada pelo PIS/PASEP e pela COFINS, uma vez que essas empresas conseguem compensar todo o crédito presumido apropriado.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

Por este motivo é imperioso resolver essa contenda tributária, visto que essas distorções criam custo Brasil e atrapalham no desenvolvimento da indústria nacional.

Sala das Sessões,

Senador **FLÁVIO ARNS**
(PODEMOS-PR)

Emenda à Medida Provisória nº 1.137/2022

Altera a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dispõe sobre a redução a zero das alíquotas do imposto sobre a renda de beneficiário residente ou domiciliado no exterior nas operações que especifica

EMENDA ADITIVA Nº

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 1.137, de 22 de setembro de 2022:

Art. xx. O art. 12 da Lei n.º 9.250, de 26 de dezembro de 1995 passará a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12

.....

IX - as contribuições por meio de dízimos, doações ou ofertas para entidades religiosas. (NR)"

.....

§ 1º A soma das deduções a que se referem os incisos I a IV e o inciso IX não poderá reduzir o imposto devido em mais de doze por cento.

.....”

JUSTIFICATIVA

As Igrejas e entidades religiosas em todo o mundo são entidades que prestam o suporte espiritual para os indivíduos levarem uma vida plena e feliz. No Brasil, além dessa importante missão evangelizadora, as Igrejas desenvolvem diversas ações de assistência social. Pessoas em situação de rua, idosos, muitas vezes abandonados pela família, crianças, andarilhos, pessoas internadas em hospitais e populações carentes, encontram nessas instituições o acolhimento, o cuidado e a promoção da integração ao mercado de trabalho que nem a sociedade nem o Estado são capazes de prover.

Ademais, são as entidades religiosas, no mais das vezes, que promovem a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua

* C D 2 2 1 2 0 0 3 9 5 0 0 *



integração à vida comunitária, entre outras atividades que afetam milhões de pessoas, principalmente nas regiões mais carentes.

Nossa proposta vem no sentido de permitir que as pessoas físicas possam deduzir o valor doado às Igrejas e às entidades religiosas do pagamento de seu Imposto de Renda, como forma de incentivar os fiéis a doarem parcela de seus recursos para que elas possam continuar prestando esse valioso trabalho social.

Como sabemos das dificuldades fiscais do governo federal, limitamos os valores a serem deduzidos ao mesmo montante de 12% da renda a que estão submetidas as contribuições feitas aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso; e as contribuições efetivamente realizadas em favor de projetos culturais e de audiovisuais.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 2022.

Deputado Joceval Rodrigues
CIDADANIA/BA



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.137, DE SETEMBRO DE 2022

Altera a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, e dispõe sobre a redução a zero das alíquotas do imposto sobre a renda de beneficiário residente ou domiciliado no exterior nas operações que especifica.

EMENDA Nº

O Art. 3º da Medida Provisória nº 1.337/2022 passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 3º Fica reduzida a zero a alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, produzidos por:

.....
.....

II - fundos de investimento em direitos creditórios, regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários.

J U S T I F I C A Ç ã O

Os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) são veículos criados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para securitização de créditos e têm sido utilizados em diversas modalidades e estruturas, com enorme sucesso e impacto positivo para o desenvolvimento econômico do país. Os FIDCs são atualmente um dos principais veículos de securitização brasileiro, capaz de direcionar recursos para uma série de setores da economia e ampliar as oportunidades e competição também no mercado de crédito. Além do mais, possuem como vantagens: (i) a rentabilidade, pois tem capacidade de oferecer uma taxa atrativa para investidores, sendo, inclusive, considerado como ativo de renda fixa; e (ii) a segurança, visto que agências de rating avaliam seu risco e atribuem ratings próprios a depender da estrutura da operação e, normalmente, têm como cotistas subordinados instituições reguladas ou supervisionadas, que acabam sendo objeto de supervisão e fiscalização



Em 2021, foram emitidas cotas de FIDCs que totalizaram mais de R\$ 100 bilhões, montante 41,1% superior ao ano anterior. Esse mercado tem se expandido de forma crescente, contribuindo para o fomento do mercado de capitais e a ampliação do subsídio às operações de IPs e IFs, conferindo liquidez a clientes e maior circulação de capital de giro. Isso porque os FIDCs, ao adquirirem direitos creditórios, são o principal mecanismo para custeio das operações das entrantes no mercado financeiro, seja para a realização de antecipação de obrigações ou aquisição de crédito, e constituem, assim fundamento essencial para a oferta de liquidez aos varejistas e estímulo ao empreendedorismo brasileiro.

Quando comparado a outros países, o Brasil possui volume reduzido de crédito disponível, representando, em média, apenas 35,23% do PIB brasileiro enquanto no Reino Unido, por exemplo, corresponde a mais de 131% do seu PIB. Como consequência, o acesso a crédito se torna mais custoso para os empreendedores, muitas vezes inviabilizando a rentabilização do capital no negócio. A título ilustrativo, note-se que, ao se comparar os juros praticados no Brasil de 1998 a 2001 chega-se a uma média de 60,96%, contra 5,48% nos Estados Unidos.

Esse cenário piorou com a pandemia da Covid-19 e com o atual cenário de alta dos juros. Mais que nunca, capital de giro é essencial para a manutenção do ambiente produtivo no Brasil e o crédito exerce papel fundamental para fomento da economia brasileira. É por meio dele que varejistas brasileiros, em especial pequenos e médios empreendedores, conseguirão sobreviver e sustentar seu crescimento – e os FIDCs são veículo de extrema importância para viabilizar esse cenário. Com isso em mente, em prol do fomento à concessão de crédito barato no Brasil, entende-se ser benéfico que também os FIDCs, cujo originador ou cedente da carteira de direitos creditórios seja instituição financeira ou demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, gozem da isenção fiscal proposta pelo texto aqui apresentado. Para tanto, sugere-se a retirada da exceção de FIDCs cujo originador ou cedente seja instituição financeira ou demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

Ante o exposto, solicito o apoio de meus ilustres pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão, em de de 2022

DEPUTADO LUIS MIRANDA
REPUBLICANOS / DF

